



**ADOLESCÊNCIA E DELINQUÊNCIA: OS EFEITOS DO CONFLITO
INTERPARENTAL, IDENTIFICAÇÃO NOS CONTEXTOS SOCIAIS E
CRENÇAS FUTURAS**

CAROLINA SANTOS DE ARAÚJO E RÊGO

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Orientador de Dissertação:

PROF.^a DOUTORA MARIA GOUVEIA PEREIRA

Professor de Seminário de Dissertação:

PROF.^a DOUTORA MARIA GOUVEIA PEREIRA

Dissertação submetida com requisito parcial para obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

2025

Dissertação de Mestrado
realizada sob a orientação da
Prof.^a Doutora Maria Gouveia Pereira
apresentada no ISPA – Instituto Universitário
para obtenção de grau de Mestre
na especialidade de Psicologia Clínica.

Agradecimentos

Quero começar por agradecer à Prof.^a Doutora Maria Gouveia Pereira pela orientação e, sobretudo pela paciência que teve comigo neste processo.

Ao ISPA, pelos últimos 6 anos e pelos amigos que fiz ao longo destes. Um especial agradecimento à Sara Alves e à Patrícia Godinho, que estão comigo desde o primeiro dia e que me proporcionaram alguns dos melhores momentos da minha vida. Espero ter-vos sempre comigo.

Agradeço igualmente aos padrinhos, Pedro Maceira, Constança Varela e João Correia pela receção carinhosa e pelo “despacha lá isso” cada vez que se falava da tese. Também aos afilhados, Beatriz Marques, Mariana Frasquilho e Afonso Pires, que confiaram em mim para os acompanhar na sua jornada. Aos restantes amigos, Tiago Borges, Catarina Tabau, Nadine Martins, Carolina Henriques, Daniela Cordeiro, João Francisco, Pedro Santos e Camarões, obrigada pelo apoio nos últimos anos ou simplesmente por me tirarem de casa e me fazerem companhia nas longas horas de trabalho a escrever a tese.

Ao Ian Andrade, que apareceu apenas há seis meses, mas deixou a sua marca e tornou-se uma pessoa constante na minha vida.

Aos Avós, à Boadrasta e aos Manos que estão sempre lá para mim e que, durante este tempo, perguntaram pela tese todos os meses.

O maior agradecimento é para a minha mãe, que foi a que mais sofreu comigo. Obrigada pela paciência, força e amor. És definitivamente mais que minha mãe.

Por fim, ao meu pai, por todo o carinho nos 20 anos que pude ter contigo. Espero que continues tão orgulhoso como sempre me dizias estar. Tenho saudades tuas.

Resumo

A presente investigação teve como objetivo explorar a influência do conflito interparental nos comportamentos delinquentes dos adolescentes, considerando o papel da triangulação, da identificação com os contextos sociais (família, grupo de pares e escola) e das crenças futuras (aspirações e expectativas) enquanto moderadores e mediadores. Participaram 291 alunos de uma escola secundária, com idades entre os 12 e os 19 anos. Os resultados obtidos demonstraram que níveis elevados de conflito interparental e triangulação estão associados a maior probabilidade de envolvimento em comportamentos delinquentes. Por outro lado, verificou-se um efeito direto da identificação familiar e, de forma tendencial, das expectativas, indicando um efeito protetor destas variáveis na delinquência. Já os efeitos de mediação e moderação propostos não se verificaram. Estes resultados reforçam a importância do contexto familiar e de expectativas realistas no desenvolvimento comportamental dos adolescentes, sugerindo a necessidade de intervir e reforçar os vínculos familiares e promover objetivos futuros atingíveis.

Palavras-chave: Conflito Interparental; Delinquência; Contextos Sociais; Crenças Futuras; Adolescência.

Abstract

The present study aimed to explore the influence of interparental conflict on adolescent delinquent behavior, considering the role of triangulation, identification with social contexts (family, peer group, and school), and future beliefs (aspirations and expectations) as moderators and mediators. The sample consisted of 291 secondary school students aged between 12 and 19 years old. The results showed that higher levels of interparental conflict and triangulation were associated with a greater likelihood of engaging in delinquent behavior. In contrast, a direct effect of family identification and, marginally, of expectations were observed, suggesting a protective effect of these variables against delinquency. However, the proposed mediation and moderation effects were not supported. These findings highlight the importance of the family context and realistic future expectations in adolescent behavioral development, underscoring the need to strengthen family bonds and promote achievable future goals.

Keywords: Interparental Conflict; Delinquency; Social Contexts; Future Beliefs; Adolescence.

Índice

Adolescência	1
Delinquência juvenil	2
Conflito Interparental	4
Identificação com a família	8
Identificação com o grupo de pares	10
Identificação com a escola	12
Crenças relativamente ao futuro	13
Presente estudo	16
Método	19
Delineamento	19
Participantes e Procedimento	20
Instrumentos	22
<i>Questionário Sociodemográfico</i>	22
<i>Escala de Perceção sobre a Conflitualidade Interparental (CPIC)</i>	22
<i>Medida de Perceção de Oportunidades</i>	24
<i>Escala de Variedade do Comportamento Desviante (DBVS)</i>	25
Resultados	25
Discussão	36
Limitações e sugestões de estudos futuros	42
Implicações práticas	45
Referências	46

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Características da amostra relativamente ao ensino e situação parental.....	21
Tabela 2 – Correlações bivariadas entre as variáveis.....	27
Tabela 3 – Efeito total, direto e indireto do conflito interparental na delinquência passando pela triangulação	30
Tabela 4 – Análise do efeito de moderação da identificação com a família, pares e escola na relação entre o conflito interparental e a delinquência	32
Tabela 5 – Resultados da regressão linear múltipla entre crenças futuras e a delinquência	33
Tabela 6 – Análise de mediação moderada da relação entre conflito interparental e delinquência, com crenças futuras como mediadores e identificação com a família como moderadora	35

Introdução

Adolescência

O termo adolescência refere-se ao grupo etário entre a infância e a idade adulta. No entanto, as características que o definem não são completamente consensuais entre autores, uma vez que a sua definição depende da cultura com a qual o jovem convive e das características que surgem ao longo desta idade, sendo estas bastante únicas e individuais (Galván, 2017; Palmonari et al., 1992). A Organização Mundial de Saúde (OMS) (CUF, 2018) define a idade correspondente a esta fase como estando entre os 10 e os 19 anos, distribuindo-se em três fases:

- Adolescência precoce (entre os 10 e os 13 anos);
- Adolescência média (dos 14 aos 16 anos);
- Adolescência tardia (a partir dos 17 anos).

A adolescência é, de forma geral, uma fase de desenvolvimento, sendo, tal como na infância, um período vulnerável. É entendida como um estado de mudanças constantes, no qual o indivíduo procura autonomia e independência, enquanto constrói a sua própria identidade e descobre o ambiente com o qual interage (Gerard & Booth, 2015; Palmonari et al., 1991; Pombeni et al., 1990). Essas alterações ocorrem a nível biológico, psicológico, cognitivo, afetivo e social (Cruz, 2014; Fontaine, 1987).

Na literatura, os adolescentes são descritos como indivíduos com pouca maturidade, tendencialmente imprudentes e fortemente influenciados pelo ambiente que os rodeia. Como tal, apresentam-se mais sensíveis a situações críticas. Casey e Caudle (2013), por exemplo, conduziram um estudo que concluiu que os adolescentes careciam de um autocontrolo eficaz, mostrando-se mais impulsivos e com tendência para tomarem decisões arriscadas em situações

emocionalmente intensas (Roberson & Azaola, 2021). Por sua vez, todos estes fatores podem vir a aumentar a probabilidade de envolvimento em comportamentos delinquentes.

Delinquência juvenil

A delinquência juvenil é considerada um problema social, com consequências a longo prazo (Ruoyu, 2020), pois apresenta como consequência a estagnação do desenvolvimento do indivíduo e o colapso da ordem social (Xu et al., 2023). Desta forma, torna-se necessária e urgente a sua investigação, de modo a se definirem as suas causas, e, assim, intervir na prevenção destes comportamentos. Atualmente, em Portugal, tem-se verificado um aumento de comportamentos delinquentes desde os anos de pandemia, tendo sido registado em 2022 e 2023 um aumento de 50,6% e 8,7%, respetivamente (Relatório Anual de Segurança Interna, 2023). Se este aumento prevalecer, Portugal encontra-se perto de alcançar novamente os valores de 2014, que foram considerados os mais altos nos últimos 10 anos (Relatório Anual de Segurança Interna, 2023).

Este fenómeno tem por base várias perspetivas, que atribuem a sua principal causa a diferentes fatores psicossociais, podendo ser descrito através de diferentes designações (Nardi & Dell’Aglío, 2010; Negreiros, 2001). A perspetiva psicológica descreve-a enquanto patologia e aponta as características individuais como as principais responsáveis pela delinquência, sendo estas, por exemplo, a genética, a autoestima, o autocontrolo e as perturbações psicológicas, nomeadamente a Perturbação de Personalidade Antissocial (Benavente, 2002; Nardi & Dell’Aglío, 2010; Shoemaker, 2018).

Do ponto de vista sociológico, e sendo mais conhecidos por delinquência, estes comportamentos assentam na ideia de desobediência às normas e expectativas sociais, sendo considerados crime e praticados por um sujeito com idade entre os 12 e os 16 anos (Negreiros, 2001; Relatório Anual de Segurança Interna, 2023; Roberson & Azaola, 2021). Para efeitos penais,

segundo o Art.º 19 do Código Penal Português (Decreto-Lei n.º 48/95, 1995), os menores de 16 anos são considerados incapazes de assumir responsabilidade criminal pelos seus atos, podendo ser-lhes aplicadas medidas tutelares educativas. Segundo o Art.º 9 do Código Penal (Decreto-Lei n.º 48/95, 1995), um indivíduo é considerado jovem até aos 21 anos de idade, sendo aplicada uma legislação especial aos que se encontram entre os 16 e os 21 anos. O crime mais praticado entre os jovens, especialmente do sexo masculino, é o tráfico de estupefacientes (Relatório Anual de Segurança Interna, 2023).

Devido aos fatores característicos da adolescência, já referidos, os jovens tendem a participar em mais atividades de risco comparativamente aos adultos, mesmo quando têm consciência do risco (Richards, 2011). Segundo o mesmo autor, verifica-se um declínio destes comportamentos, na maioria dos indivíduos, à medida que vão envelhecendo. Loeber e colaboradores (2013) concluíram os mesmos resultados, especificando que a delinquência tende a ocorrer com maior frequência entre os 15 e os 19 anos, verificando-se um declínio a partir dos 20 anos.

A literatura classifica a delinquência de diferentes formas. Roberson (2010), por exemplo, distingue entre comportamentos que não seriam considerados crime se fossem praticados por um adulto (e.g., consumo de bebidas alcoólicas ou ausência injustificada às atividades escolares e abandono escolar), e comportamentos considerados crime independentemente da idade (e.g., roubo, homicídio ou agressão). Já Zheng & Cleveland (2013) classificam-na como comportamentos não violentos (e.g., vandalismo ou furto) e comportamentos violentos (e.g., uso de armas ou agressão).

Como referido anteriormente, para além de ser característica inerente da adolescência, a de correr riscos e violar normas em prol do alcance da tão desejada independência (Cruz, 2014),

existem diversos fatores de risco que potenciam estes comportamentos. Estes fatores, de forma geral, categorizam-se em individuais, ambientais e relacionais, sendo os dois últimos considerados os principais determinantes da delinquência (Benavente, 2002; Nardi & Dell’Aglia, 2010).

Em consonância com esta perspectiva, Basto-Pereira e Farrington (2022) identificaram e organizaram os fatores de risco que predis põem o jovem à delinquência e persistência no crime. Neste estudo, concluíram que os fatores de natureza familiar são os principais preditores desenvolvimentais na inserção nos comportamentos criminais durante a infância e adolescência. Em contrapartida, a persistência neste tipo de comportamentos parece resultar do conjunto de fatores ambientais e relacionais, que se acumulam ao longo da infância, nomeadamente a relação com pares delinquentes, problemas escolares ou laborais, abuso de substâncias, problemas familiares e problemas de saúde mental.

Conflito Interparental

O conflito interparental pode ser entendido como qualquer episódio de discórdia ou disputa entre as figuras parentais, podendo variar em características como a frequência, que se refere à regularidade com que estes conflitos ocorrem; a intensidade, associada ao grau de severidade do conflito; e a resolução, que diz respeito ao desfecho do conflito e à capacidade que os pais têm de o resolver (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990). No entanto, importa destacar que nem todos os episódios de conflito são prejudiciais ao desenvolvimento infantil (Grych & Fincham, 1990). Quando conduzidos de forma construtiva, nomeadamente através da capacidade eficaz de resolução de problemas e da cordialidade (Cummings & Davies, 2002), o conflito pode contribuir para maior segurança emocional, menor registo de sintomas internalizantes e externalizantes, e os pais tornam-se emocionalmente disponíveis, não envolvendo o filho na resolução dos seus conflitos. Desta forma, cabe aos pais manter a frequência e

intensidade do conflito reduzidas (Mota & Matos, 2011), e priorizar métodos de resolução positivos (Grych & Fincham, 1990) e estratégias de negociação, garantindo que estas são transmitidas e percebidas pela criança (Moura & Matos, 2008), para que não se verifiquem impactos negativos a longo prazo na estabilidade familiar (Davies & Cummings, 1994; Zhou & Buehler, 2017).

Quando analisado à luz dos seus efeitos, torna-se fundamental considerar não só as características objetivas do conflito, como também a forma como este é percebido e interpretado pela criança. Neste sentido, Grych e Fincham (1990) desenvolveram o Modelo Cognitivo-Contextual, o qual propõe que os vários efeitos do conflito interparental no bem-estar da criança são mediados pelas avaliações cognitivas que a mesma realiza, face à situação. Isto é, não é o conflito em si o responsável pelas alterações no funcionamento da criança, mas sim a forma como esta o compreende. Este modelo identifica, como principais dimensões: a percepção de ameaça, que se traduz no medo sentido pelas consequências do conflito à sua segurança e estabilidade familiar; a eficácia, que está associada à capacidade que a criança tem para lidar com o conflito e respetivas consequências; e a culpa, no caso de a criança sentir-se responsável pelo conflito entre os pais (Grych & Fincham, 1990; Moura et al., 2010). Posteriormente, por se revelar conceptualmente compatível com o modelo (Fosco & Grych, 2008), é abordada a dimensão da triangulação, processo pelo qual a criança é envolvida no conflito (Bowen, 1978), seja através da participação direta, servindo como mensageira, ou pressionada a tomar partido (Buchanan & Waizenhofer, 2001; Davies & Cummings, 1994; Fosco & Grych, 2008; Grych & Fincham, 1990).

O conflito interparental torna-se, então, prejudicial quando assume características de elevada frequência e intensidade, podendo evoluir para formas de violência física ou emocional (Cruz, 2014). Nestas circunstâncias, são observados sentimentos de angústia, insegurança e raiva

(Cummings et al., 1981), bem como maior agressividade (Cummings et al., 1985), dificuldades no relacionamento com os pares e menos comportamentos pró-sociais (Hess, 2021). Contudo, tal como proposto pelo Modelo Cognitivo-Contextual, o verdadeiro impacto do conflito não reside nas suas características, mas nas interpretações cognitivas que a criança faz do mesmo, principalmente quando o seu conteúdo está diretamente relacionado com a criança (Fosco et al., 2023; Grych & Fincham, 1990). Destes casos resulta uma maior perceção de ameaça ao bem-estar familiar, que se manifesta através de sentimentos de culpa pelo conflito (Fosco & Lydon-Staley, 2019; Grych & Fincham, 1990; Grych et al., 2000) e de menor perceção de eficácia em lidar com este (Grych, 1998; Grych & Fincham, 1990). Este efeito vê-se acentuado quando a criança é diretamente envolvida no desentendimento (Machado & Mosmann, 2020), levando ao aumento de potenciais problemas emocionais e comportamentais no jovem, nomeadamente depressão, ansiedade, agressão e crescente incidência em comportamentos delinquentes (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990; van Dijk et al., 2020).

Com base na literatura existente, estas dimensões cognitivas operam como mecanismos mediadores entre o conflito interparental e efeitos emocionais, sociais e comportamentais (Grych & Fincham, 1990). Nota-se, em particular, uma associação mais consistente do conflito interparental aos problemas internalizantes, principalmente a perceção de ameaça que revelou estar associada exclusivamente a este tipo de problemas (Fosco & Feinberg, 2015; Grych et al., 2003).

Nos estudos de Grych e colaboradores (2000) e McDonald e Grych (2006), a perceção de ameaça e sentimentos de culpa, face ao conflito, explicam, em parte, o impacto do conflito nestes problemas emocionais, não se verificando o mesmo efeito para os problemas externalizantes, descritos como comportamentos agressivos e disruptivos. Em resultados mais recentes, o mesmo

padrão foi replicado, revelando serem mecanismos de risco na saúde mental a longo prazo (Fosco et al., 2023).

Em concordância com estes resultados, Fosco e Lydon-Staley (2019), que analisaram as dimensões numa perspetiva situacional, concluíram que a perceção de ameaça, apesar de associada a maiores níveis de humor negativo, mediava sobretudo o bem-estar positivo, não apresentando um papel consistente nas questões externalizantes. Em contrapartida, a culpa demonstrou, não só, poder assumir-se como preditora significativa de problemas externalizantes (Fosco & Grych, 2008), como, em certos casos, mediadora da relação entre o conflito interparental e a raiva, indicador frequentemente associado aos problemas comportamentais (Fosco & Lydon-Staley, 2019).

Por outro lado, o fenómeno da triangulação tem mostrado estar associado a um maior grau de sintomas externalizantes, como comportamentos de agressão, bem como a dificuldades em estabelecer relações com os pares (Buchanan & Waizenhofer, 2001). Enquanto efeito mediador, esta dimensão mostrou um efeito significativo na relação entre o conflito interparental e os comportamentos internalizantes (van Dijk et al., 2020) e externalizantes (Fosco & Grych, 2008; van Dijk et al., 2020). De acordo com McCauley e colaboradores (2021), em dias de maior confronto, os jovens tendem a reportar níveis mais elevados de perceção de conflito, comparativamente aos pais, sugerindo que a triangulação potencia a sensibilidade dos jovens ao conflito, e que por sua vez, leva a interpretações mais negativas do funcionamento familiar, intensificando os seus efeitos.

A forma como o jovem percebe o conflito e as estratégias que utiliza para se proteger são uma salvaguarda para o seu estado emocional (Benetti, 2006), relacional e comportamental (Cummings & Davies, 2010). No entanto, estas características não determinam, por si só, a

diversidade de interpretações observadas. As crianças expostas a situações semelhantes podem avaliá-las de diferentes formas, o que sugere que existam outros fatores cuja influência é significativa na maneira como o conflito é percebido (Grych et al., 2000). Segundo o mesmo Modelo Cognitivo-Contextual, esta avaliação do conflito resulta também de elementos contextuais e individuais, nomeadamente a personalidade da criança, o histórico familiar de conflito e a qualidade relacional familiar (Grych & Fincham, 1990, 1993).

Identificação com a família

É costume que os elementos do grupo familiar sejam as primeiras interações sociais, afetivas e emocionais de um indivíduo, tornando-os responsáveis pelas primeiras aprendizagens e pela transmissão de normas e valores (Nardi & Dell’Aglia, 2010; Cruz, 2014). A sua função é estabelecer relações emocionais positivas, apoiar e facilitar o percurso do jovem na busca pela sua autonomia, enquanto, simultaneamente, atuam como porto de abrigo (Collins & Sprinthall, 2008; Cruz, 2014).

A forma como estes elementos interagem entre si e com a criança é um fator determinante na qualidade das suas futuras relações e na sua capacidade de estabelecer amizades (Pombeni et al., 1990). Conforme vai crescendo, a sua rede relacional vai-se ampliando, e surgem os grupos de pares e a escola, que passam, em conjunto com a família, a ser um fator importante no desenvolvimento da criança e respetiva qualidade. Ou seja, estes contextos podem incentivar um crescimento saudável ou, pelo contrário, atuar como fator de risco (Call & Mortimer, 2001; Camacho et al., 2010; Gerard & Booth, 2015).

Em jovens com modelos de identificação fracos, cujo contexto familiar é desestruturado ou inexistente, devido ao abandono ou perda (Coimbra de Matos, 2011), e com frequente exposição à violência ou comportamentos semelhantes no ambiente familiar (Basto-Pereira et al., 2022),

existe maior probabilidade de aderirem à prática dessa mesma conduta. Tal deve-se ao facto de os elementos familiares serem as principais figuras de exemplo durante o pico do desenvolvimento (Basto-Pereira et al., 2022) e de tais comportamentos serem interiorizados como estratégias eficazes na resolução de problemas (Akers, 2017).

Da mesma forma, um conflito frequente entre as figuras parentais compromete a disponibilidade dos pais para com as necessidades emocionais dos filhos, deteriorando o vínculo relacional (Palmonari et al., 1991) e, conseqüentemente, colocando em causa a sua autoridade (Benetti, 2006; Cruz, 2014; van Dijk et al., 2020). Este distanciamento e a maior perceção de conflito resultam numa maior reatividade emocional e comportamental (Cummings et al., 2000), dificuldades na regulação emocional, impulsividade e agressividade (Davies & Cummings, 1994; Machado & Mosmann, 2020), que se manifestam mais tarde nas relações sociais futuras do indivíduo (Moura & Matos, 2008). Em concordância, os resultados do estudo de Nardi e Dell’Aglío (2012) evidenciaram que os jovens, em conflito com a lei, partilhavam características familiares semelhantes, nomeadamente a existência de conflito entre os pais e maior distanciamento relacional entre os elementos.

Em contrapartida, um relacionamento saudável e estável com os pais, acompanhado de um elevado apoio emocional, promove níveis mais elevados de bem-estar na adolescência (Field et al., 2002) e reduz as oportunidades de envolvimento em comportamentos delinquentes (Roberson & Azaola, 2021). O mesmo efeito pode ser observado quando o controlo parental é eficiente e incentiva a obediência às regras (Mounts, 2002; Roberson & Azaola, 2021). Assim, a identificação com o contexto familiar pode assumir simultaneamente um papel protetor ou de risco no desenvolvimento infantil, dependendo da qualidade dos vínculos estabelecidos.

Segundo Laible e Thompson (2000), os adolescentes que mantêm relações positivas com os pais e com os pares mostram-se menos agressivos e deprimidos, e mais amigáveis. Isto evidencia que, apesar da família desempenhar um papel central, a sua influência não atua de forma única, uma vez que, à medida que o jovem cresce, a escola e os pares vão reforçando a sua relevância no desenvolvimento, podendo reforçar ou contrariar os efeitos do contexto familiar.

Identificação com o grupo de pares

Durante a adolescência, o envolvimento no grupo familiar é menor e os vínculos são redefinidos, observando-se uma preferência por passar mais tempo com os grupos de pares do que com a família (Gerard & Booth, 2015). Embora fosse expectável que este novo contexto entrasse em conflito com o grupo familiar (Camacho et al., 2010), Palmonari e colaboradores (1991) defendem que os adolescentes podem identificar-se com ambos os grupos, sem que isso gere conflito, e que tendem a comportar-se em função das crenças de cada contexto. Segundo estes mesmos autores, os jovens que recebem apoio simultâneo de ambos, família e amigos, revelam ter maior facilidade em ultrapassar problemas pessoais, relacionais e socioinstitucionais. Neste sentido, estes contextos revelam-se interdependentes, pelo que relações positivas com os pais originam, também, relacionamentos positivos com os pares (Dekovic & Meeus, 1997) e vice-versa (Lieberman et al., 1999). Ainda que o protagonismo do grupo de amigos seja cada vez maior, principalmente nas problemáticas do presente (Coleman & Hendry, 1990), o contexto familiar continua a ser visto enquanto figura protetora (Cruz, 2014; Hair et al., 2008), e procurado quando estão em causa decisões sobre o futuro escolar ou profissional (Coleman & Hendry, 1990).

O grupo de pares desempenha, na mesma, um papel central na fase da adolescência, ao proporcionar novas experiências (Ferreira, 2000) e transmitir valores de lealdade que, através da partilha de crenças e comportamentos semelhantes, apelam a níveis de identificação e pertença

elevados (Relatório Anual de Segurança Interna, 2023). Não obstante, importa salientar que a influência do grupo pode manifestar-se tanto por via da pressão passiva, através da observação e imitação, particularmente evidentes no acesso ao ensino secundário, período em que a interação com os pares mais velhos funciona como modelo de integração (Camacho et al., 2010), como por processos ativos, em que o jovem escolhe deliberadamente integrar-se em grupos com os quais partilha características semelhantes (Slagter et al., 2023).

Nos casos em que a identificação familiar é fraca, existe uma tendência, por parte dos jovens, em aproximarem-se dos grupos de pares (Braconnier & Marcelli, 2000; Palmonari et al., 1991; Ye et al., 2023). Nestas circunstâncias, percebe-se uma preferência por grupos que possuam valores e comportamentos semelhantes, que partilhem as mesmas dificuldades (Palmonari et al., 1989, 1991), e proporcionem estabilidade e segurança (Kirchler & Gouveia Pereira, 1998), sendo considerado um dos principais preditores do envolvimento nos comportamentos delinquentes (Beal et al., 2001). Ye e colaboradores (2023) constataram que os adolescentes expostos a níveis mais elevados de conflito interparental mostravam-se mais propensos a unir-se a grupos delinquentes, o que aumentava a probabilidade de adotarem comportamentos do tipo. Tal tendência é reforçada quando esses comportamentos são considerados como parte da cultura e adequados às normas do grupo (Matos, 1978) por causa da elevada identificação grupal (Palmonari et al., 1989, 1990, 1991).

Em síntese, a literatura mostra que o grupo de pares pode atuar enquanto fator protetor ou fator de risco, sobretudo no que toca à participação em comportamentos delinquentes. Este efeito depende não apenas das características do grupo, como também da qualidade da relação que o jovem mantém com a sua família, dado que estes contextos se apoiam mutuamente. Deste modo, o contributo parental revela-se decisivo, pelo que Crespo-López e Koning (2025) demonstram que

práticas parentais, que promovam a autonomia e o vínculo emocional, diminuem a vulnerabilidade do jovem em ceder à pressão exercida pelos grupos de pares.

Identificação com a escola

Paralelamente, o contexto escolar surge como o terceiro contexto fundamental, assumindo um papel de auxílio ao atuar nos vários domínios do desenvolvimento e fornecendo o apoio necessário aos pais (Gerard & Booth, 2015). Além disso, serve como o principal meio de socialização, já que é na escola que se estabelecem a maioria dos grupos de pares (Ferreira, 2000). Torna-se, assim, fundamental que exista um sentimento de pertença à escola, já que se encontra associado ao sucesso escolar e à própria relação do aluno com a instituição e com os professores (Piko & Kovács, 2010).

Tal como os restantes contextos, a escola também pode servir simultaneamente como fator protetor ou de risco no que toca ao desenvolvimento psicossocial. Isto é, o nível de sentido de pertença à escola revelou ser um preditor significativo dos resultados académicos, comportamentais e psicológicos (Štremfel et al., 2024). Em concordância, maiores níveis de identificação com a escola e a perceção de experiências escolares positivas mostraram estar associados a um menor envolvimento em comportamentos delinquentes (Ferreira, 2000; Gerard e Booth, 2015; Kelly et al., 2012) e atenuaram, através de um efeito de moderação, a influência negativa de grupos de pares desviantes (Ye et al., 2023). Contrariamente, nos contextos escolares negativos esta influência foi amplificada (Ye et al., 2023).

Relativamente ao conflito interparental, os jovens que são vítimas de um ambiente familiar conflituoso, mas que desenvolvem um forte sentido de pertença à escola e encontram um suporte eficaz nos professores e colegas, fortalecem a resiliência e parecem apresentar melhores resultados emocionais e académicos, que podem contribuir para a redução da delinquência (Kelly et al.,

2012). Sellström e Bremberg (2006) conduziram um estudo que demonstrou que os jovens com menor envolvimento em comportamentos de consumo de substâncias, como o álcool, drogas e tabaco, eram aqueles que afirmavam estar satisfeitos com a escola.

Apesar do apoio prestado aos outros contextos sociais, o sentimento de pertença à escola também pode ser condicionado por estes. A literatura menciona o envolvimento parental como variável significativa na identificação e desempenho escolar (Warmuth et al., 2019), atuando como fator de proteção contra comportamentos de transgressão (Savioja et al., 2017) e fortalecendo as competências acadêmicas e as expectativas dos professores em relação ao aluno. Da mesma forma, a existência de conflito no ambiente familiar mostra ter efeito no rendimento escolar (Kuperminc et al., 2008). Mahendra e Marin (2019) concluíram que quanto maior o conflito percebido pelos jovens, no ambiente familiar, maior é a reprovação escolar. No que se refere ao grupo de pares, Vaquera e Kao (2008) mencionam o efeito positivo entre amizades estáveis e o nível de identificação à escola, e Hughes e colaboradores (2009) apontam que jovens solitários tendem a mostrar-se mais desmotivados e, conseqüentemente, apresentam resultados acadêmicos mais fracos.

Crenças relativamente ao futuro

Como já referido, a adolescência manifesta-se através da procura de autonomia e da construção de identidade (Palmonari et al., 1991), e com estas, desenvolve-se a capacidade de planeamento e reflexão sobre um futuro desejado (Massey et al., 2008). Esta dimensão torna-se, por sua vez, um fator central no bem-estar e na orientação do comportamento do jovem (Massey et al., 2008; Nurmi, 1991; Seginer, 2009).

As crenças sobre o futuro podem identificar-se através de dois conceitos que, apesar de relacionados, se distinguem entre si (Knight et al., 2016; Mahler et al., 2017; Weiss, 1961): as

aspirações, que se referem à importância atribuída, pelo indivíduo, em concretizar um determinado objetivo, e as expectativas, que apontam para a probabilidade percebida de alcançar esse mesmo objetivo (Knight et al., 2016; Weiss, 1961). Segundo Mahler e colaboradores (2017), as aspirações e expectativas encontram-se positivamente correlacionadas, indicando que jovens com níveis elevados de aspirações apresentam também níveis elevados de expectativa. Contudo, também é demonstrado que não precisam de coexistir no mesmo nível e que nem todos os jovens apresentam o mesmo nível de aspirações e expectativas (Hanson, 1994). Esta discrepância, designada originalmente por strain, refere-se à frustração sentida perante objetivos desejados, mas percebidos como inalcançáveis (Agnew, 1985).

A literatura mostra que crenças futuras positivas e realistas exercem um efeito protetor no percurso académico, psicológico e comportamental dos jovens. Aqueles com objetivos claros e percebidos como alcançáveis apresentam não só melhor desempenho escolar, como também maior bem-estar geral, traduzido em elevada autoestima e menor sintomatologia depressiva (Nurmi, 1991; Seginer, 2009). Em contrapartida, a ausência de expectativas está associada a maiores sentimentos de frustração que se refletem em maiores problemas internalizantes e externalizantes, incluindo comportamentos de carácter delinvente (Borowsky et al., 2009; Iselin et al., 2012; Knight et al., 2016; Massey et al., 2008; McDade et al., 2011; Nurmi, 1991). Os jovens com objetivos pouco claros revelam estar mais propensos a adotar comportamentos nocivos (McDade et al., 2011), principalmente o de abuso de substâncias (Borowsky et al., 2009), por não terem nada a perder (Hirschi, 1969).

Estudos mais recentes reforçam esta evidência, pelo que Knight e colaboradores (2016) revelaram que perante expectativas baixas, aumenta a probabilidade de comportamentos problemáticos. Em consonância, Mahler e colaboradores (2017) confirmaram a existência de uma

relação negativa entre as variáveis das crenças futuras (i.e., aspirações e expectativas) e a delinquência. Em ambos os estudos, as expectativas apresentaram resultados mais consistentes enquanto preditores destes comportamentos. Já a variável da discrepância entre as aspirações e expectativas, apresentou resultados de associação positivos, indicando que quanto maior a discrepância entre níveis altos de aspiração e baixas expectativas, maior é o risco de envolvimento em comportamentos delinquentes (Knight et al., 2016; Mahler et al., 2017).

Enquanto processo individual, a capacidade de planeamento e reflexão sobre o futuro é condicionada por fatores externos, sobretudo de interações com o meio social (Cunningham et al., 2023). Entre estes destaca-se o contexto familiar, cuja função é a transmissão de valores e crenças que tendem a ser internalizados pelos filhos (Seginer, 2009). De acordo com Nurmi (1991), a família é dos principais influenciadores dos interesses e planos dos jovens em relação ao futuro, sendo que a qualidade do apoio parental atua como modelo de aprendizagem, e contribui para a definição de objetivos.

Seginer (2009) contribui para esta perspetiva ao descrever que relações parentais de apoio promovem a autoeficácia e capacidade de planeamento de objetivos, enquanto crenças parentais relativas à educação e sucesso profissional do filho influenciam as expectativas e motivação do mesmo. Um dos estudos apresentados pela autora, realizado por Zeira e Dekel (2005), estudou o efeito da autoimagem, que inclui as relações sociais como dimensão. Os resultados revelaram que esta variável está associada positivamente à perceção de sucesso na realização de objetivos de conteúdo normativo, e negativamente a comportamentos não normativos, como é o caso da delinquência.

Para além da família, o grupo de pares também desempenha um papel fundamental na construção de crenças futuras. Este contexto tem como objetivo fornecer apoio e oportunidades de

socialização que favorecem a exploração de interesses e, por sua vez, aumentam a percepção de oportunidades (Nurmi, 1991; Seginer, 2009). De igual modo, um contexto escolar positivo promove uma orientação para o futuro, reforçando a noção de competência e realização (Nurmi, 1991; Seginer, 2009).

Deste modo, as crenças futuras interferem com a adaptação individual do jovem e, em conjunto com os contextos sociais, são determinantes na explicação da delinquência juvenil.

Presente estudo

Como temos vindo a referir, é evidente que a existência de conflito entre as figuras parentais predispõe ao desenvolvimento de dificuldades emocionais e comportamentais nos filhos (Cummings et al., 2000; Machado & Mosmann, 2020). Contudo, esta relação pode intensificar-se ou atenuar-se por via das avaliações cognitivas de culpa e percepção de ameaça, bem como de processos relacionais como a triangulação, que são avaliadas conforme a percepção da criança sobre o conflito (Grych & Fincham, 1990; Machado & Mosmann, 2020; van Dijk et al., 2020).

Com base na literatura, os efeitos destas dimensões têm-se mostrado mais consistentes relativamente às problemáticas internalizantes (Fosco & Grych, 2008; Grych et al., 2000; McDonald & Grych, 2006), à exceção da triangulação, que apresentou resultados significativos enquanto mediadora da relação entre o conflito e os problemas externalizantes (Fosco & Grych, 2008). Considerando que os comportamentos delinquentes são entendidos como uma manifestação específica e mais severa dos problemas externalizantes (Loeber et al., 2013; Roberson & Azaola, 2021), parece ser de grande relevância estender esta evidência ao presente estudo. Por esta razão, ter-se-á em conta apenas a dimensão da triangulação, assumindo que esta pode intensificar padrões comportamentais de transgressão, e o primeiro objetivo deste estudo é, portanto, analisar o efeito

mediador da triangulação sobre as propriedades do conflito e a delinquência. Assim, espera-se para a primeira hipótese:

H1: A dimensão da triangulação possui um efeito mediador na relação entre o conflito interparental e os comportamentos delinquentes na adolescência.

A família constitui o primeiro contexto social ao qual a criança é exposta, pelo que desempenha um papel central no desenvolvimento primário do adolescente (Cruz, 2014; Nardi & Dell'Aglio, 2010). Em particular, uma elevada identificação e sentimento de pertença a este contexto familiar está, normalmente, associado a maior bem-estar emocional, a melhor qualidade relacional com os restantes contextos e a menor probabilidade de envolvimento em comportamentos delinquentes (Field et al., 2002; Palmonari et al., 1991; Roberson & Azaola, 2021). Por outro lado, a existência de conflito interparental fragiliza o vínculo familiar, compromete a segurança emocional e aumenta o risco do jovem desenvolver problemas externalizantes, potenciando atos delinquentes (Basto-Pereira et al., 2022).

À medida que a criança vai crescendo, outros contextos vão sendo introduzidos no seu círculo social, nomeadamente o grupo de amigos e a escola, que, em conjunto com a família, exercem uma influência interdependente no desenvolvimento comportamental do jovem (Palmonari et al., 1991; Roberson & Azaola, 2021). A literatura sugere que uma elevada identificação com o contexto escolar promove relações e comportamentos pró-sociais, atuando como fator protetor (Piko & Kovács, 2010; Štremfel et al., 2024; Ye et al., 2023). Contrariamente, uma forte identificação com o grupo de pares pode aumentar a suscetibilidade às normas do grupo e, quando estas se caracterizam como delinquentes, constituir um fator de risco (Beal et al., 2001; Palmonari et al., 1989, 1990, 1991; Ye et al., 2023).

Partindo desta evidência, torna-se fundamental considerar não só o grupo familiar, como também a identificação à escola e ao grupo de pares, uma vez que todos parecem contribuir, positiva ou negativamente, no desenvolvimento comportamental do adolescente, principalmente na presença de conflito interparental (frequência, intensidade e resolução). Desta forma, é formulada a segunda hipótese:

H2: A identificação com os diferentes contextos de pertença – família, escola e grupo de pares – modera a relação entre o conflito interparental e a delinquência, de modo que uma maior identificação familiar e escolar atenua essa relação, enquanto uma maior identificação com os pares a reforça.

A terceira hipótese adota a mesma perspectiva de Knight e colaboradores (2016) e Mahler e colaboradores (2017), ao considerar que as variáveis referentes às crenças futuras (i.e., aspirações, expectativas e a discrepância entre ambas) estão associadas à delinquência. Os autores argumentam que a probabilidade de adesão a comportamentos delinquentes aumenta quando se verificam níveis reduzidos de aspirações e expectativas ou uma maior disparidade entre ambas. Com isto, pretende-se verificar se, neste estudo, estas variáveis se comportam da mesma forma, e assim formula-se a terceira hipótese:

H3: Espera-se que as crenças futuras – aspirações, expectativas e a discrepância entre aspirações e expectativas – tenham uma relação significativa com os comportamentos de delinquência, sendo esperado que as aspirações e expectativas se relacionem de forma negativa, enquanto a discrepância entre estas se relacione de forma positiva com os comportamentos de delinquência.

Como já referido, as crenças futuras positivas são consideradas um fator protetor relevante face a problemas de comportamento, especialmente a delinquência (Borowsky et al., 2009; Iselin et al., 2012; Knight et al., 2016; Massey et al., 2008; McDade et al., 2011; Nurmi, 1991), e dependem de fatores sociais como as relações familiares, a escola e os grupos de pares, destacando-se o papel determinante do contexto familiar. Relações parentais, que transmitam apoio, favorecem o desenvolvimento de aspirações e expectativas realistas, ao servirem de modelo e promoverem a definição de metas e respetiva motivação para a sua concretização (Nurmi, 1991; Seginer, 2009). Em contrapartida, pressupõe-se que, em contextos de elevado conflito interparental, a segurança emocional infantil seja comprometida, o que prejudica a capacidade de conceber objetivos positivos, e por sua vez, aumenta a vulnerabilidade a comportamentos delinquentes.

Deste modo, este estudo pretende analisar de que forma o conflito interparental (frequência, intensidade e resolução) interfere nas crenças futuras do jovem e de que maneira a identificação com o contexto familiar pode atenuar o efeito do conflito nos comportamentos delinquentes. Então, é proposta a última hipótese:

H4: A relação entre o conflito interparental e a delinquência é negativamente mediada pelas crenças futuras (aspirações e expectativas), sendo esta mediação moderada pela identificação com o grupo familiar.

Método

Delineamento

O estudo em questão segue uma abordagem quantitativa, de natureza transversal, correlacional e observacional. Isto indica que a recolha de dados ocorreu num único momento, sem que houvesse qualquer manipulação das variáveis independentes para que se pudesse analisar

e descrever associações entre variáveis em contexto natural. O método de seleção da amostra foi o de amostragem não-probabilística por conveniência, que incluiu apenas os alunos que frequentavam as turmas disponíveis, que tinham o consentimento dos encarregados de educação e que cumpriam os critérios de inclusão definidos (Marôco, 2018).

Participantes e Procedimento

Os participantes deste estudo são alunos de uma escola secundária da área metropolitana de Lisboa que, prontamente, disponibilizou todas as suas turmas. A recolha de dados foi feita a partir de várias etapas, começando pela entrega do consentimento informado [Anexo 1] à escola, que não só os distribuiu pelos alunos através dos diretores de turma, como contactou os pais diretamente via email de forma a assegurar o consentimento dos encarregados de educação. De seguida foi consultada a disponibilidade dos professores, o que resultou na aplicação do inquérito nos vários horários da aula de cidadania para a maioria das turmas disponíveis.

Os critérios de inclusão dos participantes foram: terem idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos e frequentarem o 3.º ciclo do ensino básico ou ensino secundário, tanto em regime geral, como em cursos profissionais. A recolha ocorreu presencialmente, em sala de aula, e teve uma duração de aproximadamente 45 minutos. Os jovens responderam ao inquérito através da plataforma *Qualtrics*, tendo que, primeiramente, responder ao assentimento [Anexo 2] que contém os objetivos do estudo e assegura a confidencialidade e o anonimato. Adicionalmente, foi dada abertura para a colocação de dúvidas, durante o inquérito, caso as tivessem.

Num primeiro momento, foram registadas 306 respostas, porém, durante a análise de dados foram excluídos os alunos que obtiveram um resultado negativo na variável de discrepância entre as aspirações e expectativas. Isto resultou numa amostra final de 291 participantes, dos quais 183 eram do sexo feminino (62.9%) e os restantes 108 corresponderam ao sexo masculino (37.1%). As

idades variaram entre os 12 e os 19 anos ($M=16.24$; $DP=1.763$). A Tabela 1 apresenta a distribuição dos alunos pelos níveis de ensino e descreve a respectiva situação parental.

Tabela 1

Características da amostra relativamente ao ensino e situação parental

	<i>Frequência (N)</i>	<i>Percentagem (%)</i>
Ensino		
3.º Ciclo	84	28.9
Secundário Geral	172	59.1
Secundário Profissional	35	12.0
Situação Parental		
Juntos	175	60.1
Separados	116	39.9

O tratamento e análise dos dados foi efetuado através do software *IBM SPSS Statistics*, tendo por base um nível de significância padrão de $p < 0,05$. Tendo em conta as hipóteses desenvolvidas, foram testados os pressupostos da normalidade para fazer uma escolha adequada da metodologia estatística. Foi utilizado o teste de Shapiro-Wilk e nenhuma das variáveis mostrou cumprir o critério de distribuição normal, o que levou, em caso de aplicação de um coeficiente de correlação, a optar pelo coeficiente de correlação de Spearman, como alternativa não paramétrica, em detrimento do coeficiente de Pearson.

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico

O questionário sociodemográfico foi aplicado com o intuito de recolher informação adicional que permitisse caracterizar a amostra. Foram solicitados dados relativos à idade, ao sexo, ao nível de ensino e historial de reprovação escolar, bem como à situação parental, especificamente se os pais se encontravam juntos e com quem os alunos residiam.

Escala de Perceção sobre a Conflitualidade Interparental (CPIC)

De forma a avaliar o conflito interparental, foi utilizada a adaptação portuguesa, de Moura e colaboradores (2006), do instrumento de Grych e colaboradores (1992) designado como *Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC)*.

O instrumento é de autopreenchimento e é formado por 48 itens que procuram avaliar a perceção da criança ou jovem relativamente ao conflito entre as figuras parentais. Estes itens organizam-se entre três dimensões e nove subescalas, sendo estas: frequência (e.g.: “Eu vejo frequentemente os meus pais a discutir”), eficácia (e.g.: “Eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões.”), perceção de ameaça (e.g.: “Quando os meus pais discutem tenho receio que eles também possam gritar comigo”) e resolução (e.g.: Mesmo quando terminam uma discussão, os meus pais continuam zangados”), cada uma com seis itens; intensidade, com sete itens (e.g.: “Quando têm desentendimentos, os meus pais discutem calmamente”); culpa, com cinco itens (e.g.: “Os meus pais geralmente discutem por minha causa”); e triangulação (e.g.: “O meu pai quer que eu esteja do seu lado quando ele e a minha mãe discutem”), conteúdo (e.g.: “Os meus pais geralmente discutem por coisas que eu fiz”) e estabilidade (e.g.: “Os meus pais têm conflitos porque não são felizes juntos”), com quatro itens cada (Moura et al., 2010).

As respostas foram dadas numa escala de seis pontos do tipo Likert, em que (1) corresponde a “Discordo Totalmente” e (6) a “Concordo Totalmente”. De acordo com Moura e colaboradores (2006), para que seja possível a interpretação correta dos resultados, é necessário inverter a cotação de determinados itens (1, 2, 5, 8, 12, 18, 22, 26, 27, 35, 38, 47), garantindo assim que as pontuações mais elevadas correspondam a maiores níveis de conflito interparental.

Para o presente estudo, o conflito interparental foi analisado a partir da distinção entre as suas características objetivas e as avaliações cognitivas que os jovens fazem da situação. Assim, o conflito interparental utilizado nas hipóteses foi representado pela dimensão propriedades do conflito ($\alpha=.911$, $M=3.18$, $DP=.968$), que reúne os itens das subescalas frequência, intensidade e resolução, refletindo os aspetos mais objetivos do conflito (Grych et al., 1992; Moura et al., 2006). As dimensões ameaça ($\alpha=.830$, $M=3.41$, $DP=.978$), que agrupa as subescalas eficácia e percepção de ameaça, culpa ($\alpha=.728$, $M=2.63$, $DP=1.074$), e triangulação ($\alpha=.628$, $M=2.72$, $DP=1.145$) foram utilizadas para representarem os processos de interpretação e o nível de envolvimento dos jovens no conflito (Grych et al., 1992; Moura et al., 2006).

Medida de Item Único de Identificação Social

A identificação nos três contextos sociais foi avaliada através da Medida de Item único de Identificação Social, desenvolvida por Postmes e colaboradores (2013). Esta medida consiste num único item, que avalia o grau de concordância do indivíduo relativamente a uma afirmação que expressa a sua identificação a um determinado grupo (“Eu identifico-me com [o meu grupo]”). As respostas são fornecidas numa escala de *Likert* de sete pontos (1= Discordo Totalmente; 7= Concordo Totalmente).

A medida foi traduzida para português e repetida para os três contextos em análise: família (M=5.21, DP=1.767), pares (M=5.43, DP=1.440) e escola (M=3.87, DP=1.665). Por se tratar de um instrumento de item único, a validade dos três itens foi verificada através dos respectivos valores de desvio padrão, que revelam diversidade de respostas, isto é, os itens demonstram variância significativa relativamente ao grau de identificação com cada grupo social. Através destes resultados é possível inferir a validade dos itens utilizados neste estudo.

Medida de Percepção de Oportunidades

Com o intuito de identificar as aspirações e expectativas dos jovens, foi utilizada a adaptação de Mahler e colaboradores (2017) do *Perceptions of Opportunities Measure*, originalmente desenvolvido por Menard e Elliott (1996). Este instrumento é composto por 7 itens que remetem a objetivos de carácter académico (e.g.: “Ter um curso universitário”), profissional (e.g.: “Ter um bom trabalho/carreira”; “Receber um bom ordenado”), familiar (e.g.: “Proporcionar um bom lar para minha família”; “Ter um casamento feliz”; “Ter uma boa relação com os meus filhos”) e comportamental (e.g.: “Não me envolver em conflitos com a lei”). Embora se mantenham os itens e a mesma escala de resposta do tipo Likert de 5 pontos, a instrução e legenda de resposta é reformulada para distinguir entre aspirações e expectativas, as quais medem, respetivamente, a importância atribuída ((1) corresponde a “Não é importante” e (5) a “Muito importante”) e as oportunidades percebidas desses objetivos se concretizarem ((1) corresponde a “Nenhumas” e (5) “Muitíssimas”).

Foi criada uma terceira variável, para além das aspirações ($\alpha = .616$, M=4.49, DP=.443) e expectativas ($\alpha = .748$, M=3.75, DP=.651). Esta variável, designada por discrepância entre as aspirações e expectativas (M=.74, DP=.512) formou-se através do cálculo da diferença entre o valor das aspirações e o valor das expectativas de cada participante, tendo como objetivo perceber

se a frustração que surge da discrepância percebida entre os objetivos valorizados pelo jovem e a própria percepção relativamente à probabilidade de os alcançar (Agnew, 1985). Por nos focarmos nesta frustração, foram excluídos os casos cuja expectativa superasse as aspirações, ou seja, que obtivessem valores negativos de discrepância. Estas decisões metodológicas seguiram a prática de Mahler e colaboradores (2017), para que a interpretação de resultados fosse coerente com o objetivo da variável de discrepância enquanto indicador de frustração associada à discrepância entre o desejado e o esperado.

Escala de Variedade do Comportamento Desviante (DBVS)

A Escala de Variedade do Comportamento Desviante (DBVS) foi utilizada para avaliar a prática de comportamentos de carácter delinvente. Da autoria de Sanches e colaboradores (2016), esta escala é composta por 19 itens de resposta dicotómica (“Sim” ou “Não”), que questionam a prática de um conjunto de comportamentos num determinado espaço de tempo (“durante o último ano”). Os itens referem-se a situações como roubo, consumo de álcool ou drogas, agressão física, posse de arma, vandalismo, absentismo escolar, condução sem habilitação, assalto, uso de transporte público sem pagar, mentira e desafio às figuras de autoridade e tráfico de droga (e.g.: “Roubaste alguma coisa que valia mais de 50 euros.”; “Transportaste uma arma.”).

No presente estudo, foram considerados todos os 19 itens para representar a variável delinquência, apresentando uma consistência interna adequada ($\alpha=.770$, $M=3.49$, $DP=2.788$).

Resultados

De forma a compreender a relação entre as variáveis do estudo, realizou-se uma análise de correlação de Spearman (Tabela 2), a partir do qual foi possível inferir que a variável dependente, delinquência, não apresentou associação significativa com todas as variáveis analisadas. Entre as

associações significativas, apenas as propriedades do conflito interparental (frequência, intensidade e resolução) e a triangulação revelaram estar positivamente relacionadas com a delinquência, indicando que níveis elevados de conflito e de triangulação estão associados a maior probabilidade de envolvimento em comportamentos delinquentes. Por outro lado, no que se refere à identificação com os contextos sociais, apenas o contexto familiar está negativamente correlacionado com a delinquência. Relativamente às crenças futuras, tanto as aspirações como as expectativas apresentaram igualmente correlações negativas. Isto sugere que uma maior identificação com a família, bem como maiores níveis de aspirações e expectativas, podem atuar enquanto fatores protetores, por se associarem a menor delinquência.

Tabela 2*Correlações bivariadas entre as variáveis*

Variáveis	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.
1. PConf	1										
2. Ame	.592**	1									
3. Cp	.332**	.446**	1								
4. Triang	.553**	.477**	.516**	1							
5. IdentFam	-.407**	-.316**	-.240**	-.369**	1						
6. IdentAmg	-.168**	-.167**	-.171**	-.128*	.370**	1					
7. IdentEsc	-.123*	n.s	-.162**	-.166**	.357**	.263**	1				
8. Asp	-.131*	n.s	-.139*	n.s	.208**	.137*	.200**	1			
9. Exp	-.299**	-.207**	-.234**	-.227**	.354**	.243**	.233**	.583**	1		
10. Disc	.234**	.231**	.148*	.136*	-.227**	-.144*	-.122*	n.s	-.741**	1	
11. Delinq	.246**	n.s	n.s	.180**	-.203**	n.s	n.s	-.142*	-.194**	n.s	1

Nota. **p<.01; *p<.05; n.s- não significativo; **PConf**- Propriedades do Conflito; **Ame**- Ameaça; **Cp**- Culpa; **Triang**- Triangulação **IdentFam**- Identificação com a Família **IdentAmg**- Identificação com os Amigos **IdentEsc**- Identificação com a Escola **Asp**- Aspirações **Exp**- Expectativas **Disc**- Discrepância **Delinq**- Delinquência

Ainda no tema do conflito interparental, as próprias dimensões, nomeadamente as propriedades do conflito, percepção de ameaça, culpa e triangulação, exibiram correlações positivas e significativas entre si. Estes resultados reforçam a consistência interna do construto, em conformidade com estudos prévios (Grych & Fincham, 1990; Moura et al., 2006). Relativamente às restantes variáveis, as propriedades do conflito estão negativamente associadas a todas as variáveis de identificação social (i.e., família; escola e pares), bem como às aspirações e expectativas. A única exceção foi a variável de discrepância que apresentou uma relação positiva com o conflito. Em conjunto, estes resultados sugerem que a existência de um conflito, frequente e intenso, entre os pais, está associado a menores níveis de identificação com os três contextos sociais (i.e., família, escola e pares), e aspirações e expectativas mais baixas, fortalecendo simultaneamente um aumento da discrepância entre estas últimas.

Os contextos sociais de pertença (i.e., família, escola e pares) encontraram-se positivamente correlacionados entre si, indicando que uma maior identificação com um destes contextos está associada a uma maior identificação com os restantes. Estas variáveis apresentaram igualmente correlações positivas com as aspirações e expectativas, mas correlações negativas com a variável de discrepância, o que sugere que maior identificação social com qualquer um dos contextos está associado a maiores aspirações e expectativas, e menores discrepâncias entre estas.

Por fim, no domínio das crenças futuras, verificou-se uma associação significativa entre as aspirações e expectativas. No entanto, ao se considerar a variável de discrepância, esta apenas se correlacionou de forma significativa com as expectativas, não apresentando resultados significativos com as aspirações.

Para responder à primeira hipótese (H1: A dimensão da triangulação possui um efeito mediador na relação entre o conflito interparental e os comportamentos delinquentes na

adolescência) foi realizada uma análise de mediação (Tabela 3) através do Modelo 4 do PROCESS v4.2 (Hayes, 2022).

Primeiramente, avaliou-se o efeito do conflito interpaparental na triangulação (**a**), pelo que os resultados revelaram que este foi positivo e estatisticamente significativo, explicando 31,8% da variabilidade observada. Já no modelo que analisou a relação entre a variável triangulação e a delinqüência (**b**), o efeito não se mostrou significativo. Isto indica que o conflito interpaparental prediz significativamente a triangulação, mas que esta, por sua vez, não exerce o mesmo efeito sobre a delinqüência.

O efeito total (**c**), que se traduz no efeito do conflito interpaparental sobre a delinqüência sem a variável mediadora, revelou ser significativo. Ao introduzir a triangulação no modelo, o efeito direto (**c'**) entre o conflito e a delinqüência manteve-se significativo. Contudo, o efeito indireto (**a*b**), correspondente ao processo de mediação, não apresentou o mesmo resultado, revelando não ser estatisticamente significativo, uma vez que o intervalo de confiança inclui o valor zero.

Em suma, a triangulação não se revelou mediadora da relação entre o conflito interpaparental e a delinqüência. O modelo final, composto pelo conflito e a triangulação, enquanto preditores, explicou apenas 6,6% da variância da delinqüência, revelando baixo poder explicativo e ausência de mediação. Assim, a Hipótese 1 não foi confirmada.

Tabela 3

Efeito total, direto e indireto do conflito interparental na delinquência passando pela triangulação (N= 291)

	B	SE	<i>t</i>	<i>p</i>
PConf → Triang (a)	.67	.06	11.60	<.001***
PConf → Delinq (b)	.21	.17	1.28	.200
Efeito Total (c)	.70	.16	4.31	<.001***
Efeito Direto (c')	.56	.20	2.84	.005**
Bootstrapping para o efeito indireto				
	B	BootSE	Boot 95% LLCI	Boot 95% ULCI
Efeito Indireto (a*b)	.14	.12	-.09	.39

R²= 6,6%

Nota. ***p<.001; **p<.01; *B*- Coeficiente; *SE* - Desvio-padrão; *LLCI* - Limite Inferior do Intervalo de confiança a 95%; *ULCI* - Limite Superior do intervalo de confiança a 95%; *Boot* - Resultados com método Bootstrap; *PConf* - Propriedades do Conflito; *Triang* – Triangulação; *Delinq* - Delinquência

A segunda hipótese (H2: A identificação com os diferentes contextos de pertença – família, escola e grupo de pares – modera a relação entre o conflito interparental e a delinquência, de modo que uma maior identificação familiar e escolar atenua essa relação, enquanto uma maior identificação com os pares a reforça) foi testada através de um modelo simples de moderação da mesma ferramenta anteriormente utilizada. Por se estarem a considerar três variáveis moderadoras, esta análise foi executada individualmente para cada um dos três contextos (Tabela 4), pelo que foi considerado o modelo global, o efeito principal da variável independente, o efeito direto da cada variável moderadora e o respetivo efeito de interação. De forma geral, o modelo global de

cada contexto foi significativo (Família: $F(3, 287) = 7.85$; $p < .001$; Pares: $F(3, 287) = 6.26$; $p < .001$; Escola: $F(3, 287) = 6.29$; $p < .001$), variando ligeiramente na percentagem de variância, e o efeito principal do conflito interparental apresentou resultados positivos e significativos nos três contextos, indicando que a existência de maior conflito interparental prevê, em todos os grupos sociais, maior delinquência.

No caso da identificação com o grupo familiar, o modelo global mostrou capacidade de explicar 7.6% da variância da delinquência. Ao contrário da variável independente, a identificação familiar mostrou um efeito negativo, mas igualmente significativo. Contudo, o efeito de interação não foi significativo, pelo que não foi possível atribuir o efeito moderador à identificação com a família.

Quanto à pertença aos restantes contextos (grupo de pares e escola), a variância da delinquência foi explicada por 6.1% e 6.2%, respetivamente. Nenhuma das variáveis se apresentou como preditoras da delinquência e o efeito de interação também não mostrou resultados estatisticamente significativos, não confirmando os seus efeitos moderadores.

Os resultados desta análise de moderação indicaram que, apesar da identificação familiar ter um efeito direto considerado protetor sobre a delinquência, nenhum dos contextos moderou a relação entre o conflito interparental e a delinquência, pelo que a H2 não se verificou.

Tabela 4

Análise do efeito de moderação da identificação com a família, pares e escola na relação entre o conflito interparental e a delinquência (N=291)

Variáveis	Identificação com a família	Identificação com os pares	Identificação com a escola
Conflito Interparental (B)	.57**	.70***	.71***
Variável Moderadora (B)	-.21*	.02	-.01
Interação X*W (B)	.07	-.07	.06
R ²	.08	.06	.06
ΔR^2	.00	.00	.00

Nota. ***p<.001; **p<.01; *p<.05; B – Coeficiente; R² - Variância total explicada pelo modelo; ΔR^2 - Variância adicional explicada pela interação

Para testar a terceira hipótese (H3: Espera-se que as crenças futuras – aspirações, expectativas e a discrepância entre aspirações e expectativas – tenham uma relação significativa com os comportamentos de delinquência, sendo esperado que as aspirações e expectativas se relacionem de forma negativa, enquanto a discrepância entre estas se relacione de forma positiva com os comportamentos de delinquência) começou-se por fazer uma análise de correlações (Tabela 2). De acordo com os resultados já apresentados, as aspirações e expectativas demonstraram associações negativas significativas com os comportamentos delinquentes, enquanto a discrepância entre estas não mostrou relação significativa.

De forma a tornar os resultados mais completos, foi realizada uma regressão linear múltipla, com o objetivo de avaliar o contributo único das variáveis que, na matriz correlacional, apresentaram uma relação significativa com a delinquência. Neste caso, foram introduzidas as aspirações e expectativas como possíveis preditores, excluindo-se a variável de discrepância, uma vez que não se verificou significativamente correlacionada com a variável dependente, a

delinquência. Segundo estes resultados (Tabela 5), o modelo global foi significativo ($R^2 = .04$, $p = .003$), explicando 4% da variância da delinquência. Quando analisadas em conjunto, nenhum dos preditores revelou um efeito independente, indicando que os efeitos das aspirações e expectativas decorrem da variância partilhada entre ambas. Contudo, é de ressaltar que as expectativas apresentam um resultado tendencialmente significativo, sugerindo que níveis baixos de expectativas podem prever maior probabilidade de comportamentos delinquentes.

Deste modo, as aspirações e expectativas funcionam como preditores quando consideradas individualmente, não exercendo um efeito independente quando consideradas em conjunto. Estes resultados indicam que a hipótese foi parcialmente corroborada, uma vez que se verificou que maiores níveis de aspirações e expectativas se associam a menor envolvimento em comportamentos delinquentes. Contudo, não foi encontrado o efeito positivo significativo esperado para a variável de discrepância entre as aspirações e expectativas.

Tabela 5

Resultados da regressão linear múltipla entre crenças futuras e a delinquência (N=291)

Modelo	B	SE	Beta	t	p
Asp	-.52	.46	-.08	-1.12	.262
Exp	-.58	.31	-.14	-1.84	.067

$R = .20$; $R^2 = .04$; $R^2 \text{ ajustado} = .03$; $F(2, 288) = 5.87$; $p = .003$.

Nota. Asp - Aspirações; Exp - Expectativas;

Para averiguar a quarta e última hipótese (H4: A relação entre o conflito interparental e a delinquência é negativamente mediada pelas crenças futuras (aspirações e expectativas), sendo esta mediação moderada pela identificação com o grupo familiar) foi utilizado o modelo de mediação moderada (modelo 7) do PROCESS v4.2 (Hayes, 2022).

Segundo a tabela 6, o modelo que testa as aspirações enquanto mediadoras foi globalmente significativo ($F(3, 287) = 6.47$; $R = 0.25$; $p < .001$), explicando 6% da variância. Contudo, ao avaliarmos os efeitos diretos, nem o conflito interparental, nem a interação entre o conflito e a identificação familiar, estavam significativamente associados à variável mediadora. Perante a variável mediadora expectativas, o modelo global foi igualmente significativo ($F(3, 287) = 20.1$; $R = 0.42$; $p < .001$) e explicou 17% da variância. Contrariamente à variável anterior, o conflito interparental exerceu um efeito negativo significativo sobre as expectativas, mas a interação do conflito interparental com a identificação familiar continuou a não atingir significância.

No modelo com a delinquência enquanto variável dependente (c'), o efeito mostrou-se significativo, justificando 8% da variância ($F(3, 287) = 8.29$; $R = 0.28$; $p < .001$). Relativamente ao conflito interparental, o efeito apresentou-se positivo e significativo. Já as aspirações e as expectativas apresentaram o efeito oposto, não tendo interações significativas com a delinquência.

Ao analisar o modelo de efeitos indiretos, foi possível perceber que tanto as aspirações quanto as expectativas não mediarão a relação entre o conflito interparental e a delinquência. O índice de mediação moderada confirmou a ausência de moderação da variável identificação com a família, perante ambas as variáveis mediadoras (i.e.: as aspirações e as expectativas).

Em suma, é possível concluir que apesar do conflito interparental influenciar diretamente a delinquência, não se verificou que tal efeito seja alterado pelas aspirações ou expectativas do jovem, nem que a identificação familiar atue como moderadora neste processo. Desta forma, a quarta hipótese não foi confirmada.

Tabela 6

Análise de mediação moderada da relação entre conflito interparental e delinquência, com crenças futuras como mediadores e identificação com a família como moderadora (N=291)

Efeitos Diretos				
	B	SE	t	p
PropConf → Asp	-.03	.03	-1.01	.316
PropConf x Fam → Asp	-.01	.01	-.32	.751
PropConf → Exp	-.13	.04	-3.39	.001**
PropConf x Fam → Exp	.03	.02	1.49	.136
Asp → Delinq	-.62	.45	-1.37	.171
Exp → Delinq	-.25	.32	-.78	.439
PropConf → Delinq (c')	.61	.17	3.55	<.001***
Efeitos Indiretos				
	B	BootSE	BootLLCI	BootULCI
Asp	.02	.03	-.02	.08
Exp	.03	.05	-.06	.13
Índice de mediação moderada				
	B	BootSE	BootLLCI	BootULCI
Asp	.00	.02	-.03	.03
Exp	-.01	.01	-.04	.02

Nota. *** $p < .001$ ** $p < .01$; *B* - Coeficiente; *SE* - Desvio-padrão; *LLCI* - Limite Inferior do Intervalo de confiança a 95%; *ULCI* - Limite Superior do intervalo de confiança a 95%; *Boot* - Resultados com método Bootstrap; *PConf* - Propriedades do Conflito; *Asp* - Aspirações; *Exp* - Expectativas; *Fam* - Identificação com a família; *Delinq* - Delinquência

Discussão

De forma geral, foram obtidos resultados que vão ao encontro da literatura existente, relativamente ao efeito do conflito interparental, da identificação com os contextos sociais e das crenças futuras nos comportamentos delinquentes na adolescência. Segundo os resultados das análises correlacionais, a culpa e percepção de ameaça foram as dimensões, referentes às interpretações do adolescente face ao conflito interparental, que não se mostraram associadas à delinquência. Estes resultados podem dever-se ao facto de estas dimensões estarem associadas maioritariamente a problemas internalizantes (Grych et al., 2000; McDonald & Grych, 2006). Por sua vez, a triangulação, que está associada a ambos os tipos de problemáticas, internalizantes e externalizantes (Fosco & Grych, 2008; van Dijk et al., 2020), foi a única que revelou estar correlacionada com a delinquência neste estudo, sugerindo que quanto maior o processo de triangulação percebido pelo adolescente, maior probabilidade de apresentar comportamentos do tipo. Observou-se, ainda, que os contextos sociais (família, escola e pares) estão positivamente correlacionados entre si, indicando uma relação de interdependência entre estes, tal como descrito por Roberson e Azaola (2021). De igual modo, obteve-se o mesmo resultado entre as dimensões das crenças futuras, seguindo a perspectiva de Mahler e colaboradores (2017) de que níveis mais elevados de aspirações implicam também níveis mais elevados de expectativas.

Relativamente às hipóteses formuladas no presente estudo, teve-se como objetivo analisar o efeito do conflito interparental no envolvimento dos adolescentes em comportamentos delinquentes, tendo em conta a influência de fatores como a identificação nos diferentes contextos sociais e as crenças futuras, nomeadamente. Apenas uma das hipóteses foi parcialmente verificada, confirmando unicamente o efeito protetor das aspirações e expectativas face à delinquência, ao

contrário da variável de discrepância que não apresentou qualquer relação significativa com a variável dependente.

Quanto à primeira hipótese (H1: A dimensão da triangulação possui um efeito mediador na relação entre o conflito interparental e os comportamentos delinquentes na adolescência), os resultados previstos não se confirmaram. A triangulação, tal como esperado, mostrou-se associada à delinquência, contudo não serviu enquanto efeito mediador, uma vez que não apresentou resultados estatisticamente significativos no efeito indireto do modelo. Assim, apesar de o conflito interparental prever níveis mais elevados de triangulação, este efeito não revelou qualquer influência sobre a delinquência. Estes resultados opõem-se aos achados de Fosco e Grych, (2008) e van Dijk e colaboradores (2020), que demonstraram que a triangulação desempenhava um papel mediador na relação entre o conflito interparental e os problemas externalizantes.

Uma possível explicação para a ausência de mediação poderá residir no tipo de comportamento avaliado, especificamente a delinquência, que se trata de um tipo de problema externalizante mais severo (Loeber et al., 2013; Roberson & Azaola, 2021). Assim, é possível que os resultados observados na literatura (Fosco & Grych, 2008; van Dijk et al., 2020) se refiram a problemas externalizantes mais gerais, como a agressividade e oposição, e que a triangulação ao intensificar estes problemas, leve a que, por sua vez, evoluam para formas de comportamentos delinquentes. Adicionalmente, fatores metodológicos poderão ter contribuído para este resultado, uma vez que a dimensão da triangulação apresentou valores baixos de consistência interna ($\alpha=.628$), o que poderá ter enfraquecido os efeitos observados (Marôco, 2018). Para além disso, o próprio poder explicativo do modelo foi reduzido ($R^2 = 6,6\%$), o que sugere a relação entre o conflito interparental e a delinquência pode depender de outros fatores que não foram considerados neste estudo.

A segunda hipótese (H2: A identificação com os diferentes contextos de pertença – família, escola e grupo de pares – modera a relação entre o conflito interparental e a delinquência, de modo que uma maior identificação familiar e escolar atenua essa relação, enquanto uma maior identificação com os pares a reforça) também não se verificou, não existindo os efeitos de moderação esperados por parte dos três contextos. Estes resultados podem dever-se à relação de interdependência entre estes, isto é, os contextos sociais não atuam isoladamente e exercem uma influência mútua uns nos outros (Lieberman et al., 1999; Palmonari et al., 1991; Vaquera & Kao, 2008) como pode ser observado na análise correlacional do presente estudo (Tabela 2). Esta ligação poderá ter enfraquecido o papel individual de cada contexto, e por sua vez, dificultado a identificação dos vários efeitos de moderação.

Apesar disso, é de notar que apenas a identificação ao contexto familiar mostrou estar associada negativamente à delinquência, sugerindo que esta exerce um papel protetor face a este tipo de comportamentos. Em conformidade com a literatura, a família é destacada como o principal contexto de socialização que determina a natureza da relação estabelecida com os restantes contextos (Pombeni et al., 1990) e dos comportamentos aprendidos. Perante um vínculo familiar sólido, é observada a redução do envolvimento em comportamentos delinquentes (Roberson & Azaola, 2021). Em contrapartida, a inexistência de correlação entre a delinquência e os restantes contextos pode, então, dever-se ao facto de estes serem decorrência da qualidade das experiências familiares (Dekovic & Meeus, 1997; Warmuth et al., 2019), levando a que a família seja o fator primário com influência direta na delinquência. Para além disso, devido ao instrumento de questão única, não foi possível compreender as características e normas predominantes do grupo de pares a que os participantes se referiam. Dado que a influência deste grupo varia consoante essas características, podendo reforçar comportamentos pró-sociais ou delinquentes (Beal et al., 2001;

Matos, 1978; Ye et al., 2023), tal fator poderá justificar a ausência de associação significativa entre a identificação a este grupo e a delinquência.

Já a terceira hipótese (H3: Espera-se que as crenças futuras – aspirações, expectativas e a discrepância entre aspirações e expectativas – tenham uma relação significativa com os comportamentos de delinquência, sendo esperado que as aspirações e expectativas se relacionem de forma negativa, enquanto a discrepância entre estas se relacione de forma positiva com os comportamentos de delinquência) foi a única que se viu parcialmente confirmada. Tal como previsto, as aspirações e expectativas mostraram-se negativamente correlacionadas com a delinquência, indicando que, quanto maior a importância atribuída a um determinado objetivo futuro e a percepção da sua concretização como alcançável, menor a probabilidade de incidência em comportamentos delinquentes, tal como sugerido por diversos autores (Borowsky et al., 2009; Iselin et al., 2012; Knight et al., 2016; Massey et al., 2008; McDade et al., 2011; Nurmi, 1991).

Contudo, quando feitas as análises de regressão, estas mesmas variáveis demonstram que, quando consideradas em conjunto, nenhuma exerce um efeito independente na delinquência, sugerindo que partilham o mesmo poder explicativo. De facto, Mahler e colaboradores (2017) propõem que níveis elevados de aspirações implicam também níveis elevados de expectativas, e vice-versa. No entanto, estes e outros autores (Iselin et al., 2012; Knight et al., 2016) reconhecem, porém, as expectativas como preditores mais consistentes de delinquência, sendo que tal padrão quase se replicou no presente estudo, uma vez que a dimensão das expectativas apresenta valores tendenciais para a significância. Estes resultados sugerem que, para a proteção contra comportamentos delinquentes, a capacidade do jovem em perceber os seus objetivos como alcançáveis podem, possivelmente, ser mais relevantes do que a importância que lhes é atribuída,

e que, portanto, expectativas mais realistas podem levar a menor risco de envolvimento neste tipo de comportamentos.

Adicionalmente, a variável de discrepância, que resulta da frustração originada pela diferença entre os objetivos considerados importantes e as oportunidades percebidas de os realizar (Agnew, 1985), não se mostrou positivamente associada aos comportamentos delinquentes, contrariando os resultados (Knight et al., 2016; Mahler et al., 2017). Tal resultado poderá residir no tipo de amostra recolhido, uma vez que se trata de um grupo escolar e relativamente estável, ao contrário do que seria um grupo clínico ou institucionalizado, uma vez que, segundo a literatura, os efeitos emocionais de frustração, causados pela discrepância entre aspirações e expectativas, parecem surgir em ambientes de maior vulnerabilidade social (Knight et al., 2016; Mahler et al., 2017). De novo se verifica que as aspirações e expectativas caminham no mesmo sentido, o que implica que a diferença entre ambas tende a ser reduzida e, por consequência, a variabilidade da variável de discrepância é igualmente limitada. Acresce que, este fenómeno foi operacionalizado através de um cálculo de subtração entre as aspirações e expectativas, o que poderá não refletir, de forma precisa, a componente emocional da frustração, que explica o envolvimento na delinquência, tal como proposto pela teoria da tensão (Agnew, 1985).

Por último, apesar de um conflito interparental, caracteristicamente frequente, antecipar níveis mais elevados de delinquência, os efeitos mediador e moderador definidos na quarta hipótese (H4: A relação entre o conflito interparental e a delinquência é negativamente mediada pelas crenças futuras (aspirações e expectativas), sendo esta mediação moderada pela identificação com o grupo familiar) não se verificaram.

Como já referido, os resultados sugerem que o conflito interparental exerceu, por si só, um efeito direto e significativo na delinquência, e demonstrou, igualmente, associações negativas a

ambos os termos das crenças futuras, indicando que os jovens expostos a ambientes com maior conflito entre as figuras parentais, podem vir a desenvolver percepções mais negativas sobre as oportunidades futuras. Estudos prévios destacam o papel da família e da qualidade do vínculo familiar no desenvolvimento de objetivos futuros (Nurmi, 1991; Seginer, 2009). Assim, o conflito pode ser entendido como um indicador de instabilidade familiar, sustentando os resultados obtidos quanto ao seu efeito nas crenças futuras. Apesar dessa relação, as aspirações e expectativas não são preditoras da delinquência, o que faz com que os seus efeitos de mediação não se manifestem automaticamente, uma vez que este modelo requer que a variável mediadora tenha um efeito significativo na variável dependente (Marôco, 2018). Em resumo, o conflito interparental parece expressar-se, no presente estudo, por vias emocionais e comportamentais imediatas, em detrimento de processos cognitivos, como as crenças futuras.

De igual modo, mesmo existindo correlação negativa entre a identificação com o grupo familiar e a delinquência, esta não produziu efeitos de moderação na influência do conflito interparental sobre as crenças futuras (aspirações e expectativas).

Relativamente à ausência de mediação, tal deve-se ao facto de as crenças futuras serem processos cognitivos ainda em desenvolvimento durante a fase da adolescência, dependentes de fatores individuais e relacionais para se estabelecerem (Massey et al., 2008; Nurmi, 1991; Seginer, 2009). Tendo em conta que a amostra de estudo apresenta uma diferença significativa relativamente à faixa etária dos participantes, é possível considerar que esta variável não esteja ainda, no referido grupo de estudo, suficientemente desenvolvida e consolidada para exercer uma influência direta ou mediadora sobre comportamentos delinquentes. Por fim, é possível que a moderação não se tenha verificado por ter sido utilizado, no presente estudo, um instrumento de item único que, como já referido, não permite aferir aspetos mais detalhados sobre a variável de

identificação com o grupo familiar, podendo este aspeto estar a influenciar o poder estatístico do referido efeito.

Em síntese, o estudo permitiu entender questões sobre a relação entre o conflito interparental, os contextos sociais em que o adolescente se insere, as suas crenças futuras, e o impacto no desenvolvimento de comportamentos delinquentes. Os resultados evidenciaram a importância do contexto familiar, reforçando o papel nocivo do conflito interparental sobre a delinquência, contrariamente às interpretações cognitivas do conflito percebidas pelo adolescente, como a culpa e a percepção de ameaça, assim como os mecanismos de moderação e mediação, que não revelaram significância estatística na explicação desses comportamentos. A identificação com a família destacou-se, então, como um dos principais fatores protetores, tal como as expectativas, dimensão das crenças futuras, que demonstrou parcialmente ser relevante na explicação da delinquência. Tais resultados sugerem que, neste estudo, os comportamentos delinquentes surgem mais, de forma imediata, por via de fatores emocionais e relacionais, e tendencialmente por processos cognitivos que envolvam o planeamento e definição de objetivos futuros. Assim, são necessárias intervenções centradas no contexto familiar, que promovam o fortalecimento dos vínculos e o desenvolvimento de ambientes educativos e afetivos que permitam a construção de objetivos realistas e concretizáveis sobre o futuro.

Limitações e sugestões de estudos futuros

Este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas, inclusive sugere-se a importância de futuras investigações para ampliar e aprofundar os resultados encontrados.

Primeiramente, a amostra foi composta por alunos de uma única escola, o que limita a generalização dos resultados obtidos, por não poder ser considerada representativa da população juvenil. A delinquência pode ser influenciada por diversos fatores, como a cultura, condições

socioeconómicas e até o próprio contexto escolar, que não foram variados neste estudo. Os dados foram recolhidos por meio de um questionário de autorrelato, preenchido pelos próprios adolescentes em sala de aula, o que pode ter originado um viés de desejabilidade social. Embora o anonimato das respostas tenha sido garantido, a presença dos restantes colegas e do professor no mesmo ambiente pode ter influenciado a resposta dos participantes, levando-os a responder de acordo com o que consideravam mais aceitável, especialmente em relação a temas delicados como o conflito interparental e a prática de comportamentos delinquentes.

Outra limitação a destacar foi a utilização de um instrumento de item único para recolher os dados sobre a identificação com os contextos sociais. Quando apresentado aos jovens, estas variáveis não foram acompanhadas de uma definição clara, o que significa que as respostas dependeram das diferentes interpretações que os participantes atribuíram ao conceito de “identifico-me com a minha família/amigos/escola”. No caso do grupo de pares, por exemplo, não é possível identificar as características e normas do grupo que, segundo a literatura (Beal et al., 2001; Matos, 1978; Palmonari et al., 1989, 1990, 1991; Ye et al., 2023) orientam o jovem para um determinado tipo de comportamentos.

No que toca à análise estatística, foi observado que, nos modelos de regressão realizados, os efeitos explicativos da variância da delinquência eram relativamente baixos, indicando que as variáveis apresentam um poder estatístico reduzido. Isto serve como alerta de que as variáveis consideradas, embora teoricamente relevantes, podem não corresponder às exigências dos fatores associados à delinquência, e que outros elementos, de natureza individual, relacional e contextual, contribuam de forma mais significativa na explicação deste tipo de comportamentos. É de salientar que foram registados valores com tendência significativa nas expectativas futuras, que, apesar de coerentes com a literatura, devem ser considerados com prudência.

Como já referido, e tendo em conta os resultados e limitações deste estudo, sugerem-se algumas direções para futuras investigações, que se revelam importantes para aprofundar o conhecimento sobre este tema.

Primeiramente, torna-se essencial que futuros estudos ampliem a amostra, de modo a incluir alunos de diferentes regiões e contextos socioeconômicos. O objetivo é conseguir avaliar se os resultados obtidos são consistentes em cenários variados ou se fatores contextuais específicos influenciam a relação entre as variáveis deste estudo. Considera-se também importante a realização de um estudo de natureza longitudinal sobre este tema, dado que os participantes se encontram numa fase de desenvolvimento. Tal permitiria acompanhar as possíveis alterações nas variáveis ao longo do tempo, sendo que, por exemplo, a idade, por si só, já exerce influência sobre a delinquência e a forma como o conflito interparental é percebido (Grych & Finchman, 1990; Loeber et al., 2013).

Outra sugestão de investigação a considerar é o foco em outras variáveis familiares, como o divórcio e a monoparentalidade, com o objetivo de entender melhor como diferentes configurações familiares podem afetar o comportamento delinquentes, assim como as próprias aspirações e expectativas em relação à família. Isto porque, a vinculação dos jovens a famílias com elevado nível de conflito revelou-se insegura, independentemente de os pais estarem juntos ou divorciados (Moura & Matos, 2008) e estas duas variáveis aumentam a probabilidade de os jovens se envolverem no sistema de justiça criminal (Roberson e Azaola, 2021). Por último, seria também interessante analisar segundo o género as possíveis formas distintas de reação, já que as raparigas tendem a desenvolver problemas mais internalizantes e os rapazes mais comportamentos externalizantes (Grych & Fincham, 1990).

Implicações práticas

Os resultados deste estudo apresentam diversas implicações práticas importantes, especialmente no desenvolvimento de ações preventivas e na promoção de ambientes sociais mais adequados ao desenvolvimento dos adolescentes, com o objetivo de reduzir a delinquência juvenil.

A família revelou-se um fator de proteção significativo, sendo por isso necessário atuar nível da gestão de conflitos entre os pais, garantido que estes sejam resolvidos de maneira mais eficaz sem impactar negativamente a criança ou adolescente. Mostra-se também necessário incentivar os pais no envolvimento do percurso académico dos jovens, de forma a promover o seu interesse pela escola e, conseqüentemente, melhorar o sucesso académico. Nas escolas, é necessário criar um ambiente de pertença, oferecendo atividades que fortaleçam a identificação dos alunos ao estabelecimento de ensino, como projetos extracurriculares e apoio psicológico, e promover grupos de pares com valores pró-sociais. Por fim, encorajar os jovens a estabelecerem objetivos futuros através de programas de orientação vocacional, que apoiem o desenvolvimento de expectativas realistas.

Referências

Agnew, R. (1985). A revised strain theory of delinquency. *Social Forces*, 64(1), 151–167. <https://doi.org/10.2307/2578977>

Akers, R. (2017). *Social learning and social structure: A general theory of crime and deviance*. Routledge.

Basto-Pereira, M., & Farrington, D. P. (2022). Developmental predictors of offending and persistence in crime: A systematic review of meta-analyses. *Aggression and Violent Behavior*, 65, 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2022.101761>

Basto-Pereira, M., Gouveia-Pereira, M., Pereira, C. R., Barrett, E. L., Lawler, S., Newton, N., Stapinski, L., Prior, K., Costa, M. S. A., Ximenes, J. M., Rocha, A. S., Michel, G., Garcia, M., Rouchy, E., Shawi, A. A., Sarhan, Y., Fulano, C., Magaia, A. J., El-Astal, S., . . . & Sakulku, J. (2022). The global impact of adverse childhood experiences on criminal behavior: A cross-continental study. *Child Abuse & Neglect*, 124, 105459. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105459>.

Beal, A. C., Ausiello, J., & Perrin, J. M. (2001). Social influences on health-risk behaviors among minority middle school students. *Journal of Adolescent Health*, 28(6), 474-480. [https://doi.org/10.1016/S1054-139X\(01\)00194-X](https://doi.org/10.1016/S1054-139X(01)00194-X)

Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 20(4), 637-645. <https://doi.org/10.14417/ap.26>

Benetti, S. P. (2006). Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 261-268. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000200012>

Borowsky, I. W., Ireland, M., & Resnick, M. D. (2009). Health status and behavioral outcomes for youth who anticipate a high likelihood of early death. *Pediatrics*, *124*(1), 81-88.

<https://doi.org/10.1542/peds.2008-3425>

Bowen, M. (1978). *Family therapy in clinical practice*. Jason Aronson.

Braconnier, A., & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Climepsi Editores.

Buchanan, C. M., & Waizenhofer, R. (2001). The impact of interparental conflict on adolescent children: Considerations of family systems and family structure. In A. Booth, A. C. Crouter, & M. Clements (Eds.), *Couples in Conflict* (pp. 213-237). Taylor & Francis.

<https://doi.org/10.4324/9781410600134-18>

Call, K. T., & Mortimer, J. T. (2001). *Arenas of comfort in adolescence: A study of adjustment in context*. Erlbaum. <https://doi.org/10.4324/9781410600226>

Camacho, I. N. M., Tomé, G. M. Q., Matos, M. G. D., Gamito, P., & Diniz, J. M. F. A. (2010). A escola e os adolescentes: Qual a influência da família e dos amigos?. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, *1*(1), 101-116. <https://doi.org/10.34628/fd2z-1m25>

Casey, B. J., & Caudle, K. (2013). The teenage brain: Self control. *Current Directions in Psychological Science*, *22*(2), 82-87. <https://doi.org/10.1177/0963721413480170>

Coimbra de Matos, A. (2011). *Adolescência*. Climepsi Editores.

Coleman, J. C., & Hendry, L. (1990). *The nature of adolescence*. Routledge.

Collins, W. A., & Sprinthall, N. A. (2008). *Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Crespo-López, M. A., & Koning, I. M. (2025). Associations between parenting practices and peer pressure among adolescents: The mediating role of autonomy and relatedness. *Journal of Prevention*. <https://doi.org/10.1007/s10935-025-00867-6>

Cruz, C. M. V. (2014). *Parentalidade e comportamentos hostis em adolescentes* [Tese de Doutoramento em Educação, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração]. Repositório Científico Lusófona. <http://hdl.handle.net/10437/7130>

CUF. (2018). *Crescimento e Puberdade*. <https://www.cuf.pt/mais-saude/crescimento-e-puberdade>

Cunningham, M., Francois, S., & Scott, K. (2023). Perceived parenting practices associated with african american adolescents' future expectations. *Advances in Child Development and Behavior*, 64, 217–253. <https://doi.org/10.1016/bs.acdb.2022.11.002>

Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2002). Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43(1), 31–63. <https://doi.org/10.1111/1469-7610.00003>

Cummings, E., & Davies, P. T. (2010). *Marital conflict and children: An emotional security perspective*. The Guilford Press.

Cummings, E. M., Davies, P., & Campbell, S. (2000). *Developmental psychopathology and family process: Theory, research and clinical implications*. The Guilford Press.

Cummings, E. M., Iannotti, R. J., & Zahn-Waxler, C. (1985). The influence of conflict between adults on the emotions and aggression of young children. *Developmental Psychology*, 21(3), 495–507. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.21.3.495>

Cummings, E. M., Zahn-Waxler, C., & Radke-Yarrow, M. (1981). Young children's responses to expressions of anger and affection by others in the family. *Child Development*, 52(4), 1274–1282. <https://doi.org/10.2307/1129516>

Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116(3), 387–411. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.116.3.387>

Dekovic, M., & Meeus, W. (1997). Peer relation in adolescents: Effects of parenting and adolescents' self-concept. *Journal of Adolescence*, 20(2), 163-176. <https://doi.org/10.1006/jado.1996.0074>

Ferreira, P. (2000). Controlo e identidade: a não conformidade durante a adolescência. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 33, 55-85.

Field, T., Diego, M., & Sanders, C. (2002). Adolescents' parent and peer relationships. *Adolescence*, 37(145), 121-130

Fontaine, O. (1987). *Introdução às terapias comportamentais*. Verbo.

Fosco, G. M., & Feinberg, M. E. (2015). Cascading effects of interparental conflict in adolescence: Linking threat appraisals, self-efficacy, and adjustment. *Development and Psychopathology*, 27, 239–252. <https://doi.org/10.1017/S0954579414000704>

Fosco, G. M., & Grych, J. H. (2008). Emotional, cognitive, and family systems mediators of children's adjustment to interparental conflict. *Journal of Family Psychology*, 22(6), 843–854. <https://doi.org/10.1037/a0013809>

Fosco, G. M., & Lydon-Staley, D. M. (2019). A within-family examination of interparental conflict, cognitive appraisals, and adolescent mood and well-being. *Child Development, 90*(4), 421–436. <https://doi.org/10.1111/cdev.12997>

Fosco, G. M., Weymouth, B. B., & Feinberg, M. E. (2023). Interparental conflict, family climate, and threat appraisals: Early adolescent exposure and young adult psychopathology risk. *Journal of Family Psychology, 37*(5), 731–742. <https://doi.org/10.1037/fam0001096>

Galván, A. (2017). What is adolescence?. *The Neuroscience of Adolescence* (pp. 1–20). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316106143>

Gerard, J. M., & Booth, M. Z. (2015). Family and school influences on adolescents' adjustment: The moderating role of youth hopefulness and aspirations for the future. *Journal of Adolescence, 44*, 1-16. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2015.06.003>

Grych, J. H. (1998). Children's appraisals of interparental conflict: Situational and contextual influences. *Journal of Family Psychology, 12*, 1–17.

Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin, 108*(2), 267-90. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.108.2.267>

Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1993). Children's appraisals of marital conflict: Initial investigations of the cognitive contextual framework. *Child Development, 64*, 215–230. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1993.tb02905.x>

Grych, J. H., Fincham, F. D., Jouriles, E. N., & McDonald, R. (2000). Interparental conflict and child adjustment: testing the mediational role of appraisals in the cognitive-contextual framework. *Child Development, 71*(6), 1648–1661. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00255>

Grych, J. H., Harold, G. T., & Miles, C. J. (2003). A prospective investigation of appraisals as mediators of the link between interparental conflict and child adjustment. *Child Development, 74*(4), 1176–1193. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00600>

Grych, J. H., Seid, M., & Fincham, F. D. (1992). Assessing marital conflict from the child's perspective: The children's perception of interparental conflict scale. *Child Development, 63*(3), 558–572. <https://doi.org/10.2307/1131346>

Hair, E. C., Moore, K. A., Garrett, S. B., Ling, T., & Cleveland, K. (2008). The continued importance of quality parent–adolescent relationships during late adolescence. *Journal of Research on Adolescence, 18*(1), 187–200. <https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2008.00556.x>

Hanson, S. L. (1994). Lost talent: Unrealized educational aspirations and expectations among U.S. youths. *Sociology of Education, 67*(3), 159–183. <https://doi.org/10.2307/2112789>

Hess, S. (2021). Effects of inter-parental conflict on children's social well-being and the mediation role of parenting behavior. *Applied Research Quality Life, 17*, 2059–2085. <https://doi.org/10.1007/s11482-021-10022-y>

Hirschi, T. (1969). *Causes of delinquency*. University of California Press.

Hughes, J. N., Dyer, N., Luo, W., & Kwok, O. M. (2009). Effects of peer academic reputation on achievement in academically at-risk elementary students. *Journal of Applied Developmental Psychology, 30*(2), 182–194. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2008.12.008>

Iselin, A. M. R., Mulvey, E. P., Loughran, T. A., Chung, H. L., & Schubert, C. A. (2012). A longitudinal examination of serious adolescent offenders' perceptions of chances for success and engagement in behaviors accomplishing goals. *Journal of Abnormal Child Psychology, 40*(2), 237–249. <https://doi.org/10.1007/s10802-011-9561-z>

Kelly, A. B., O'Flaherty, M., Toumbourou, J. W., Homel, R., Patton, G. C., White, A., & Williams, J. (2012). The influence of families on early adolescent school connectedness: Evidence that this association varies with adolescent involvement in peer drinking networks. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *40*(3), 437–447. <https://doi.org/10.1007/s10802-011-9577-4>

Kirchler, E., & Pereira, M. G. (1998). Campo social do adolescente: O individual, o grupo de pares e os outros. In *Actas do IX Colóquio de Psicologia e Educação - Dinâmicas relacionais e eficiência educativa* (pp. 19-41).

Knight, K. E., Ellis, C., Roark, J., Henry, K. L., & Huizinga, D. (2016). Testing the role of aspirations, future expectations, and strain on the development of problem behaviors across young and middle adulthood. *Deviant Behavior*, *38*(12), 1456-1473. <https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1206716>

Kuperminc, G. P., Darnell, A. J., & Alvarez-Jimenez, A. (2008). Parent involvement in the academic adjustment of latino middle and high school youth: Teacher expectations and school belonging as mediators. *Journal of Adolescence*, *31*(4), 469–483. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2007.09.003>

Laible, D. J., & Thompson, R. A. (2000). Mother–child discourse, attachment security, shared positive affect, and early conscience development. *Child Development*, *71*(5), 1424-1440. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00237>

Lieberman, M., Doyle, A. B., & Markiewicz, D. (1999). Developmental patterns in security of attachment to mother and father in late childhood and early adolescence: Associations with peer relations. *Child Development*, *70*(1), 202–213. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00015>

Loeber, R., Farrington, D. P., & Petechuk, D. (2013). *From juvenile delinquency to young adult offending*. National Institute of Justice Bulletin.

Machado, M. R., & Mosmann, C. P. (2020). Coparental conflict and triangulation, emotion regulation, and externalizing problems in adolescents: Direct and indirect relationships. *Paidéia*, 30, Article 3004. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3004>

Mahendra, F. M., & Marin, A. H. (2019). Ambiente familiar e rendimento escolar de adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35nspe9>

Mahler, A., Simmons, C., Frick, P. J., Steinberg, L., & Cauffman, E. (2017). Aspirations, expectations and delinquency: The moderating effect of impulse control. *Journal of Youth and Adolescence*, 46(7), 1503-1514. <https://doi.org/10.1007/s10964-017-0661-0>

Marôco, J. (2018). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (7ª ed). ReportNumber.

Massey, E., Gebhardt, W., & Garnefski, N. (2008). Adolescent goal content and pursuit: A review of the literature from the past 16 years. *Developmental Review*, 28(4), 421–460. <https://doi.org/10.1016/j.dr.2008.03.002>

Matos, A. C. (1978). *Notas sobre a delinquência juvenil*. Escritos 6.

McCauley, D. M., Sloan, C. J., Xia, M., & Fosco, G. M. (2021). Same family, divergent realities: How triangulation preserves parents' illusory harmony while adolescents navigate interparental conflicts. *Journal of Family Psychology*, 35(2), 128–137. <https://doi.org/10.1037/fam0000785>

McDade, T. W., Chyu, L., Duncan, G. J., Hoyt, L. T., Doane, L. D., & Adam, E. K. (2011). Adolescents' expectations for the future predict health behaviors in early adulthood. *Social Science & Medicine*, 73(3), 391–398. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2011.06.005>

McDonald, R., & Grych, J. (2006). Young children's appraisals of interparental conflict: Measurement and links with adjustment problems. *Journal of Family Psychology*, 20, 88-99. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.20.1.88>

Menard, S. and Elliott, D. S. (1996). Prediction of adult success using stepwise logistic regression analysis. *MacArthur Chicago-Denver Neighborhood Project*.

Mota, C. P., & Matos, P. M. (2011). Adolescência e conflitos interparentais: Uma perspectiva de resiliência. In *Famílias: Questões de Desenvolvimento e Intervenção*.

Mounts, N. S. (2002). Parental management of adolescent peer relationships in context: The role of parenting style. *Journal of Family Psychology*, 16(1), 58–69. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.16.1.58>

Moura, O., Santos, R. A., & Matos, P. M. (2006). The children's perception of interparental conflict scale (CPIC): Análise factorial confirmatória com adolescentes e jovens adultos. Poster apresentado na XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos. Braga, Portugal: Universidade do Minho.

Moura, O., dos Santos, R. A., Rocha, M., & Matos, P. M. (2010). Children's perception of interparental conflict scale (CPIC): Factor structure and invariance across adolescents and emerging adults. *International Journal of Testing*, 10(4), 364–382. <https://doi.org/10.1080/15305058.2010.487964>

Moura, O., & Matos, P. M. (2008). Vinculação aos pais, divórcio e conflito interpaparental em adolescentes. *Psicologia: Revista da Associação Portuguesa Psicologia*, 22(1), 127–152. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v22i1.341>

Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Delinquência juvenil: Uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicología*, 13(2), 69-77.

Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Adolescentes em conflito com a lei: Percepções sobre a família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28, 181-192. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000200006>

Negreiros, J. (2001). *Delinências juvenis: Trajetórias, intervenções e prevenção*. Notícias.

Nurmi, J. E. (1991). How do adolescents see their future? A review of the development of future orientation and planning. *Developmental Review*, 11(1), 1–59. [https://doi.org/10.1016/0273-2297\(91\)90002-6](https://doi.org/10.1016/0273-2297(91)90002-6)

Palmonari, A., Kirchler, E., & Pombeni, M. L. (1991). Differential effects of identification with family and peers on coping with developmental tasks in adolescence. *European Journal of Social Psychology*, 21(5), 381-402. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420210503>

Palmonari, A., Pombeni, M. L., & Kirchler, E. (1989). Peergroups and evolution of the self-system in adolescence. *European Journal of Psychology of Education*, 4(1), 3–15. <https://doi.org/10.1007/BF03172757>

Palmonari, A., Pombeni, M. L., & Kirchler, E. (1990). Adolescents and their peer groups: A study on the significance of peers, social categorization processes and coping with developmental tasks. *Social Behaviour*, 5(1), 33–48.

Palmonari, A., Pombeni, M. L., & Kirchler, E. (1992). Evolution of the self concept in adolescence and social categorization processes. *European Review of Social Psychology*, 3(1), 285–308. <https://doi.org/10.1080/14792779243000096>

Piko, B. F., & Kovács, E. (2010). Do parents and school matter? Protective factors for adolescent substance use. *Addictive Behaviors*, 35(1), 53–56. <https://doi.org/10.1016/j.addbeh.2009.08.004>

Pombeni, M. L., Kirchler, E., & Palmonari, A. (1990). Identification with peers as a strategy to muddle through the troubles of the adolescent years. *Journal of Adolescence*, 13(4), 351-369. [https://doi.org/10.1016/0140-1971\(90\)90029-7](https://doi.org/10.1016/0140-1971(90)90029-7)

Portugal. Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março. Código Penal Português. *Diário da República Eletrónico*. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675>

Portugal. Ministério da Administração Interna. (2023). *Relatório Anual de Segurança Interna 2023*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2023>

Postmes, T., Haslam, S. A., & Jans, L. (2013). A single-item measure of social identification: Reliability, validity, and utility. *The British Journal of Social Psychology*, 52(4), 597–617. <https://doi.org/10.1111/bjso.12006>

Richards, K. (2011). What makes juvenile offenders different from adult offenders?. *Trends & Issues in Crime and Criminal Justice*, 409. <https://doi.org/10.52922/ti274705>

Roberson, C., & Azaola, E. (2021). *Juvenile delinquency: Why do youths commit crime?*. Rowman & Littlefield.

Roberson, C. (2010). *Juvenile justice: Theory and practice* (2nd ed). CRC Press <https://doi.org/10.4324/9781439813775>

Ruoyu, L. I. (2020). On family causes in juvenile delinquency. *Studies in Literature and Language*, 21, 62–65. <http://dx.doi.org/10.3968/11803>

Sanches, C., Gouveia-Pereira, M., Marôco, J., Gomes, H., & Roncon, F. (2016). Deviant behavior variety scale: Development and validation with a sample of portuguese adolescents. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29(31), 1-8. <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0035-7>

Savioja, H., Helminen, M., Fröjd, S., Marttunen, M., & Kaltiala-Heino, R. (2017) Parental involvement, depression, and sexual experiences across adolescence: A crosssectional survey among adolescents of different ages. *Health Psychology and Behavioral Medicine*, 5(1), 258-275. <https://doi.org/10.1080/21642850.2017.1322908>

Seginer, R. (2009). *Future orientation: Developmental and ecological perspectives*. Springer. <https://doi.org/10.1007/b106810>

Sellström, E., & Bremberg, S. (2006). Is there a “school effect” on pupil outcomes? A review of multilevel studies. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 60(2), 149-155. <https://doi.org/10.1136/jech.2005.036707>

Shoemaker, D. J. (2018). *Theories of delinquency: An examination of explanations of delinquent behavior* (6th ed). Oxford University Press.

Slagter, S. K., Gradassi, A., van Duijvenvoorde, A., & van den Bos, W. (2023). Identifying who adolescents prefer as source of information within their social network. *Sci Rep* 13, 20277. <https://doi.org/10.1038/s41598-023-46994-0>

Štremfel, U., Ivančić, K., & Peras, I. (2024). addressing the sense of school belonging among all students? A systematic literature review. *European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education*, 14, 2901-2917. <https://doi.org/10.3390/ejihpe14110190>

Vaquera, E., & Kao, G. (2008). Do you like me as much as I like you? Friendship reciprocity and its effects on school outcomes among adolescents. *Social Science Research*, 37(1), 55–72. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2006.11.002>

van Dijk, R., van der Valk, I. E., Deković, M., & Branje, S. (2020). A meta-analysis on interparental conflict, parenting, and child adjustment in divorced families: Examining mediation using meta-analytic structural equation models. *Clinical Psychology Review*, 79, 101861. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2020.101861>

Xu, S., Yu, J., & Hu, Y. (2023). Formation mechanism and prediction modelo of juvenile delinquency. *Frontiers in Psychology*, 14. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1087368>

Ye, WY., Dou, K., Wang, LX., Lin, XQ., & Zhang, MC. (2023). Longitudinal association between interparental conflict and risk-taking behavior among chinese adolescents: Testing a moderated mediation model. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 17(5). <https://doi.org/10.1186/s13034-023-00556-4>

Warmuth, K. A., Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2019). Constructive and destructive interparental conflict, problematic parenting practices, and children's symptoms of psychopathology. *Journal of Family Psychology*, 34(3), 301-311
<https://doi.org/10.1037/fam0000599>

Weiss, R. F. (1961). Aspirations and expectations: A dimensional analysis. *The Journal of Social Psychology*, 53(2), 249–254. <https://doi.org/10.2466/pr0.1975.37.2.371>

Zeira, A., & Dekel, R. (2005). The self-image of adolescents and its relationship to their perceptions of the future. *International Social Work*, 48(2), 177-191.
<https://doi.org/10.1177/0020872805050208>

Zheng, Y., & Cleveland, H. H. (2013). Identifying gender-specific developmental trajectories of nonviolent and violent delinquency from adolescence to young adulthood. *Journal of Adolescence*, 36(2), 371–381. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2012.12.007>

Zhou, N., & Buehler, C. (2017). Marital hostility and early adolescents' adjustment: The role of cooperative marital conflict. *The Journal of Early Adolescence*, 39(1), 5-27.
<https://doi.org/10.1177/0272431617725193>

Anexos

Anexo 1 – Consentimento informado

Exmo(a). Senhor(a) Encarregado de Educação,

No âmbito de um trabalho que está a ser desenvolvido no ISPA – Instituto Universitário das Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, a aluna Carolina Rêgo, sob a orientação da Professora Doutora Maria Gouveia Pereira, solicita a colaboração do seu educando(a).

O trabalho referido anteriormente tem como tema central os comportamentos delinquentes dos adolescentes portugueses. A recolha de dados será feita através de um questionário, com uma duração aproximada de 40 minutos. O questionário é anónimo e confidencial e os dados recolhidos serão utilizados apenas para fins de investigação.

A participação neste estudo é voluntária, podendo o seu/sua educando(a) manifestar em qualquer momento o seu interesse em não completar o questionário, sem qualquer risco associado. No entanto, a participação neste estudo é indispensável à sua realização, pelo que, agradecemos a sua disponibilidade. Para mais esclarecimentos, poderão sempre contactar a investigadora para o seguinte email: 27244@alunos.ispa.pt

Para autorizar que o seu/sua educando(a) participar nesta investigação, solicitamos que preencha adequadamente este consentimento e o assine.

Declaro que li e compreendi a informação disponibilizada. Assim,

Autorizo

Não autorizo

a participação do(a) _____ (nome) neste estudo.

Assinatura (Encarregado de Educação): _____

Assinatura (Aluno/a): _____

(Data): _____

Anexo 2 – Assentimento

O presente questionário foi desenvolvido no âmbito de uma investigação para a Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica a realizar no ISPA - Instituto Universitário. Este estudo tem como objetivo estudar os comportamentos de risco nos adolescentes, que se encontram na **faixa etária dos 12 aos 19 anos e a frequentar o 3.º ciclo do ensino básico e o ensino secundário.**

Salienta-se que a tua participação é muito importante para que se realize esta Investigação. A tua participação é voluntária e totalmente anónima. Os dados serão usados apenas para fins académicos. Caso aceites participar, peço que respondas a todas as questões, e relembro que não existem respostas certas ou erradas. Este questionário tem uma duração de 15 minutos.

Aceito participar nesta investigação:

Sim

Não

Anexo 3 – Instrumentos de avaliação das variáveis

CPIC - Escala de Percepção sobre a Conflitualidade Interparental (Children's Perception of Interparental Conflict Scale).

Vamos descrever-te um conjunto de situações que se referem às **relações familiares**, especialmente aos momentos em que os pais discutem. Se os teus pais estão separados, recorda o que sentiste nos tempos em que estão ou estavam juntos. Tendo em consideração as opções que se seguem, responde a cada afirmação assinalando a resposta que melhor exprime o modo como te sentes ou te sentiste nessas situações.

	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Moderadamente	Concordo Moderadamente	Concordo	Concordo Totalmente
Eu nunca vi os meus pais discutirem ou zangarem-se.						
Quando os meus pais têm uma discussão geralmente tentam resolvê-la.						
Os meus pais ficam realmente zangados quando discutem.						
Quando os meus pais discutem, eu sei que posso fazer algo para me sentir melhor.						
Eu fico assustado(a) quando os meus pais discutem.						
Eu sinto que estou no centro das discussões dos meus pais.						

	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Moderadamente	Concordo Moderadamente	Concordo	Concordo Totalmente
Eu não me sinto culpado(a) pelo facto de os meus pais discutirem.						
Provavelmente os meus pais não imaginam que eu sei que eles discutem muito.						
Mesmo quando terminam uma discussão, os meus pais continuam zangados.						
Os meus pais têm conflitos porque não são felizes juntos.						
Quando têm desentendimentos, os meus pais discutem calmamente.						
Eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões.						
Os meus pais insultam-se, mesmo na minha presença.						
Quando os meus pais discutem, eu preocupo-me com o que me possa acontecer.						
Os meus pais geralmente discutem por minha causa.						
Eu vejo frequentemente os meus pais a discutir.						
Os meus pais geralmente chegam a um acordo quando discutem.						
As razões pelas quais os meus pais discutem são sempre as mesmas.						
Quando os meus pais têm uma discussão dizem coisas desagradáveis um ao outro.						

	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Moderadamente	Concordo Moderadamente	Concordo	Concordo Totalmente
Quando os meus pais discutem eu sei que posso fazer algo para ajudar a melhorar a situação.						
Quando os meus pais discutem eu tenho medo que algo de mal aconteça.						
A minha mãe quer que eu esteja do seu lado quando ela e o meu pai discutem.						
Eu sinto-me culpado(a) por os meus pais discutirem, mesmo que eles não o digam.						
Os meus pais quase nunca discutem.						
Os meus pais discutem, mas depois fazem as pazes.						
Os meus pais discutem porque realmente não gostam um do outro.						
Quando os meus pais têm uma discussão, gritam muito um com o outro.						
Quando os meus pais discutem não existe nada que eu possa fazer para os impedir.						
Quando os meus pais discutem fico preocupado(a) com a possibilidade de um deles ficar magoado.						
Eu sinto que tenho de tomar partido quando os meus pais discutem.						
Os meus pais fazem críticas e queixas um do outro.						

	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Moderadamente	Concordo Moderadamente	Concordo	Concordo Totalmente
Os meus pais raramente falam alto quando estão a discutir.						
Os meus pais atiram e partem objetos durante as discussões.						
Após os meus pais terminarem de discutir, geralmente são carinhosos um com o outro.						
Quando os meus pais discutem tenho receio que eles também possam gritar comigo.						
Os meus pais culpam-me pelas suas discussões.						
O meu pai quer que eu esteja do seu lado quando ele e a minha mãe discutem.						
Os meus pais agridem-se durante uma discussão.						
Quando os meus pais discutem não existe nada que eu possa fazer para me sentir melhor.						
Quando os meus pais discutem eu preocupo-me com a possibilidade de eles poderem divorciar-se.						
Os meus pais continuam zangados, mesmo depois de terminarem uma discussão.						
Os meus pais têm discussões porque não querem continuar juntos.						
As discussões dos meus pais não são, geralmente, por minha causa						
Quando os meus pais discutem não ouvem nada do que eu digo.						

Medida de Item Único de Identificação Social

Pensa em ti e nos grupos aos quais pertences. Responde às afirmações que se seguem de acordo com o que pensas e sentes.

	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Moderadamente	Não Concordo, Nem Discordo	Concordo Moderadamente	Concordo	Concordo Totalmente
Identifico-me com a minha família.							
Identifico-me com o meu grupo de amigos.							
Identifico-me com a minha escola.							

Perceptions of Opportunities Measure

Peço agora a tua atenção para as afirmações que têm a ver com crenças face ao futuro. Responde de acordo com o **quanto elas são importantes** para ti.

	Não é importante	Pouco importante	De alguma forma importante	Importante	Muito importante
Ter um bom trabalho/carreira.					
Ter um curso universitário.					
Receber um bom ordenado.					
Proporcionar um bom lar para a minha família.					

	Não é importante	Pouco importante	De alguma forma importante	Importante	Muito importante
Ter um casamento feliz.					
Ter uma boa relação com os meus filhos.					
Não me envolver em conflitos com a lei.					

Acabaste de responder a um conjunto de afirmações e o quanto importantes são para ti. Agora peço-te que respondas de acordo com as **chances e no quanto acreditas que irão acontecer.**

	Nenhumas	Poucas	Algumas	Muitas	Muitíssimas
Ter um bom trabalho/carreira.					
Ter um curso universitário.					
Receber um bom ordenado.					
Proporcionar um bom lar para a minha família.					
Ter um casamento feliz.					
Ter uma boa relação com os meus filhos.					
Não me envolver em conflitos com a lei.					

Escala de Variedade do Comportamento Desviante (DBVS)

Agora vamos apresentar-te alguns comportamentos que podem ser realizados por jovens da tua idade. Indica por favor se, **durante o último ano**, tiveste algum desses comportamentos e se os fizeste sozinho ou acompanhado.

	Durante o último ano, alguma vez...	
	Sim	Não
Foste para a escola ou para as aulas depois de teres bebido bebidas alcoólicas.		
Mentiste a adultos (ex: familiares, professores, etc.)		
Consumiste cocaína ou heroína.		
Usaste uma mota ou um carro para ir dar uma volta sem autorização.		
Bateste num adulto (ex: professor, familiar, agente de segurança, etc).		
Andaste em transportes públicos sem pagar bilhete.		
Estragaste ou destruístes bens públicos ou privados (ex: parquímetros, sinais de trânsito, máquinas de distribuição de produtos, carros, etc.)		
Consumiste haxixe (“ganzas”) ou marijuana (“erva”).		
Roubaste alguma coisa que valia mais de 50 euros (ex: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)		
Faltaste vários dias à escola sem os teus pais saberem.		
Vendeste droga (ex: haxixe, marijuana, cocaína, ecstasy, anfetaminas, etc.)		

	Durante o último ano, alguma vez...	
	Sim	Não
Roubaste alguma coisa que valia entre 5 e 50 euros (ex: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)		
Faltaste às aulas porque não te apeteceu ir, para ficar com colegas ou para ir dar uma volta.		
Conduziste uma mota ou um carro sem ter carta de condução.		
Consumiste LSD (“ácidos”), ecstasy (“pastilhas”) ou anfetaminas (“speeds”).		
Transportaste uma arma (ex: navalha, pistola, etc.)		
Roubaste alguma coisa que valia menos de 5 euros (ex: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)		
Fizeste graffitis em edifícios ou noutros locais (ex: escola, transportes, muros, etc.)		
Assaltaste um carro, uma casa, loja, escola ou outro edifício.		

Anexo 4 – Questionário Sociodemográfico

Idade

Género

Feminino

Masculino

Nacionalidade

Ensino

- 3º ciclo
- Secundário Geral
- Secundário Profissional

Já reprovaste de ano?

- Sim
- Não

Se sim, quantas vezes e em que anos?

Os teus pais estão...

- Juntos
- Separados/Divorciados

Vives com quem?
